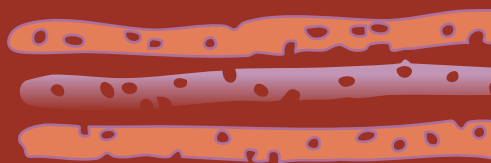
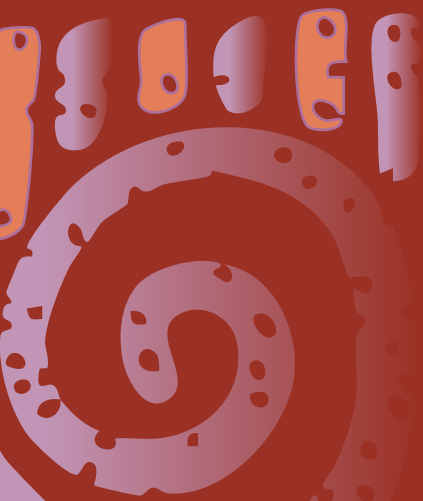
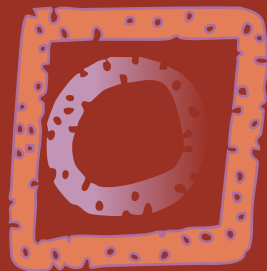


**O PAPEL DOS SETORES
FUNDAMENTALISTAS
CRISTÃOS PARA A CORROSÃO
DA DEMOCRACIA BRASILEIRA:
IMPACTOS NA VIDA
E NOS DIREITOS
DAS MULHERES**



O PAPEL DOS SETORES FUNDAMENTALISTAS CRISTÃOS PARA A CORROSÃO DA DEMOCRACIA BRASILEIRA, E SEUS IMPACTOS NA VIDA E NOS DIREITOS DAS MULHERES



Equipe CFEMEA

Colegiado de Gestão: Guacira Cesar de Oliveira e Mirla Maciel

Gabriela Fidelis, Guacira Cesar de Oliveira, Isabel Freitas, Ivônio Barros Nunes, Mirla Maciel, Laura Lyrrio Gonçalves, Hellen Frida

Coordenação

Guacira Oliveira e Isabel Freitas

Diagramação e Arte

Alyssa Volpini

2026, por CFEMEA. Centro Feminista de Estudos e Assessoria.
Copyleft: O conteúdo desta publicação pode ser reproduzido e
difundido desde que citada a fonte.

FICHA TÉCNICA

Realização:



- www.cfemea.org.br
- cfemea@cfemea.org.br
- [@cfemea_feminista](https://www.instagram.com/cfemea_feminista)
- [@cfemea](https://www.facebook.com/cfemea)
- [fb.com/cfemea.feminista](https://www.facebook.com/cfemea.feminista)

Apoio:

 HEINRICH
BÖLL
STIFTUNG
A Fundação Política Verde



O PAPEL DOS SETORES FUNDAMENTALISTAS CRISTÃOS PARA A CORROSÃO DA DEMOCRACIA BRASILEIRA: IMPACTOS NA VIDA E NOS DIREITOS DAS MULHERES

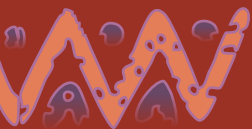
Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

O PAPEL DOS SETORES FUNDAMENTALISTAS CRISTÃOS PARA A
CORROSÃO DA DEMOCRACIA BRASILEIRA: IMPACTOS NA VIDA E NOS
DIREITOS DAS MULHERES

-- Brasília, DF :
Centro Feminista de Estudos e Assessoria, 2026.
Vários colaboradores.

ISBN 978-65-87792-11-8
Formato: Livro Digital
Veiculação: Digital





SUMÁRIO

06 APRESENTAÇÃO

09 É IMPERATIVO RESISTIR

GUACIRA CESAR DE OLIVEIRA

19 DE QUANTOS ATOS PONTIFÍCIOS SE FAZ UMA
CONSTITUIÇÃO?

DENISE DOS ANJOS MASCARENHA

26 A ASCENSÃO DA EXTREMA DIREITA E A AMEAÇA
DEMOCRÁTICA: DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS PARA
AS LUTAS FEMINISTAS

DENISE MANTOVANI

37 RELIGIÃO E POLÍTICA NAS DISPUTAS PELO CONCEITO
DE GÊNERO: MICHELLE BOLSONARO E A DIREITA E OS
TRAÇOS ATUAIS DA DIREITA FEMININA

JACQUELINE MORAES TEIXEIRA

48 FUNDAMENTALISMOS POLÍTICO-RELIGIOSOS E AS
AMEAÇAS À JUSTIÇA DE GÊNERO

MAGALI CUNHA

69 ASCENSÃO DA BANCADA EVANGÉLICA NAS
INSTITUIÇÕES DE ESTADO

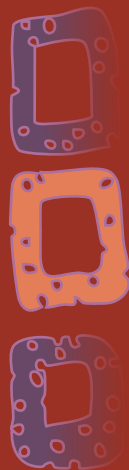
NEURIBERG DIAS

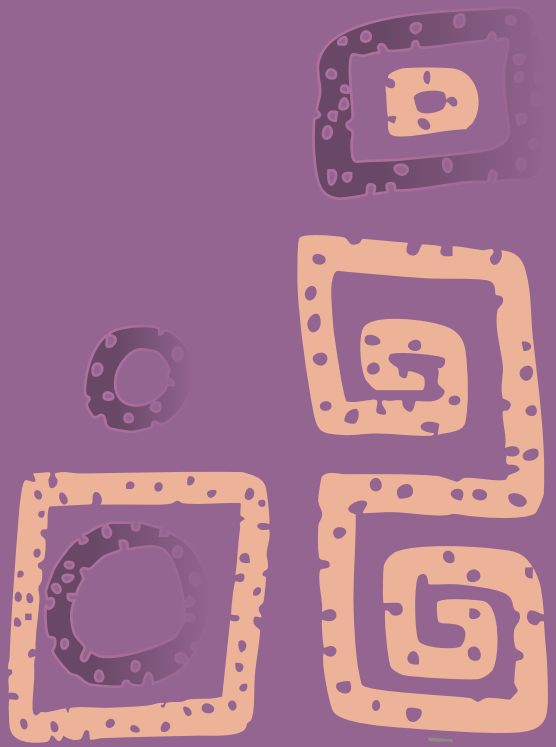
73 ESTADO LAICO SOB ATAQUE: RELIGIÃO, POLÍTICA E A
CORROSÃO DA DEMOCRACIA BRASILEIRA

REGINETE SOUZA BISPO

79 A HISTÓRICA PERMEABILIDADE DA RELIGIÃO NA
POLÍTICA NO BRASIL E O ÓDIO ÀS MULHERES

ROMI M. BENCKE





APRESENTAÇÃO

Um sinal de alerta para a democracia.

Recentemente tomou forma a criação da Bancada Cristã na Câmara dos Deputados (Projeto de Resolução PRC 71/25), unindo as frentes parlamentares evangélica e católica. Votaram a favor 398 deputados e deputadas e apenas 30 foram contra, em uma demonstração de força do grupo cristão. O projeto incorpora ao Regimento Interno da Câmara dos Deputados o direito dessa Bancada Cristã participar do Colégio de Líderes, instância que existe para que os líderes partidários possam compartilhar o poder do presidente para a definição da pauta do que será discutido e votado no Plenário e outros temas. Além dos líderes partidários, participam do Colégio de Líderes: uma representante da Bancada Feminina; um ou uma representante dos deputados e deputadas negros e negras; e agora, se aprovada essa investida religiosa, um ou uma representante da bancada cristã.

A hegemonia religiosa no Legislativo

O Cfemea – Centro Feminista de Estudos e Assessoria elaborou análise recente¹ sobre a composição da direção do Legislativo, a partir da ótica feminista antirracista. A análise demonstra a hegemonia de grupos ultraconservadores e religiosos e a movimentação da extrema-direita e de ultraconservadores católicos e evangélicos para abocanhar um lugar no Colégio de Líderes. Recentemente, houve importantes conquistas neste lugar, pelas mulheres e pela bancada negra. Não é o caso

¹ <https://cfemea.org.br/index.php/component/edocman/publicacoes-do-cfemea/mapeamento-feminista-antirracista-do-legislativo-federal-em-relação-à-justiça-e-direitos-reprodutivos-e-direitos-sexuais.html?Itemid=>

da bancada cristã, que é sobrerrepresentada no Congresso, com a maioria nas lideranças partidárias, a maioria das presidências de Comissões Permanentes, a maioria dos cargos de direção da Câmara e do Senado. Lideranças que cada dia mais têm uma cara religiosa, um discurso com base religiosa, distorcida, é claro, mas com presença e valores de um forte conservadorismo religioso.

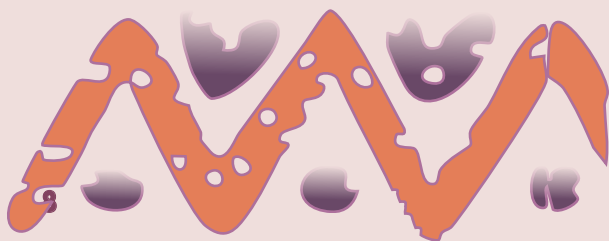
Ao fomentar um diálogo sobre os riscos para a democracia e o Estado Laico desta configuração em andamento no parlamento, o CFEMEA, convidou ativistas e estudiosas do tema para propor reflexões e possíveis brechas para atuação coletiva, visto que o debate da laicidade está intrinsecamente ligado à autonomia sexual das mulheres e tudo o que se refere aos direitos reprodutivos.

Nesta publicação damos acesso público aos textos produzidos pelo debate. Esperamos que contribua para nossa incidência pela democracia, pelo Estado laico e pelos direitos das mulheres e meninas.

Agradecemos a generosidade das Palestrantes que se dispuseram a escrever e dialogar, seja presencialmente ou virtualmente. Romi Brancke, que de forma brilhante dedica-se ao estudo sobre os grupos conservadores cristãos e suas estratégias de poder. Reginete Bispo, deputada federal, que traz a reflexão sobre o poder evangélico e católico conservador, que fala de um deus masculino, branco, punitivista, violento e vingativo, e como isso reafirma o medo como estratégia e não dialoga com os povos originários e sua espiritualidade e com as religiões de matriz africana. Denise Montovani, pesquisadora, tendo coordenado a pesquisa de perfil do atual congresso realizada pelo CFEMEA traz o alerta para ascensão da extrema direita e os desafios contemporâneos para as lutas feministas. Jacqueline Moraes Teixeira, professora da USP e pesquisadora do Cebrap, pesquisou igrejas e projetos de combate à violência doméstica. Magali Cunha, pesquisadora do Instituto de Estudos da Religião (Iser), trouxe ao debate os resultados de uma pesquisa realizada por organizações ligadas a diversas orientações religiosas na Argentina, Peru e Brasil. Elas identificaram algumas características comuns desses grupos ultraconservadores. Denise Mascarenhas, pesquisadora em saúde, diretora de Católicas pelo Direito de Decidir, referência na luta

pelos direitos sexuais e reprodutivos, também coordena o Observatório sobre Laicidade, Gênero e Aborto – OLGA, iniciativa que busca produzir dados científicos e monitorar a influência do conservadorismo religioso católico em políticas públicas e serviços de saúde reprodutiva no Brasil. Neuriberg Dias, Diretor do DIAP – Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar, ofereceu uma análise sobre o processo que levou à hegemonia da direita e extrema-direita na Câmara dos Deputados, como são usados os recursos orçamentários pelos parlamentares para se perpetuarem no poder e quais as tendências das próximas eleições. Os textos do presidente da Comissão Nacional de População e Desenvolvimento, professor Richarlls Martins, não serão publicados nesse ebook por conta dos prazos, agradecemos a sua participação e as contribuições aportadas para o debate. Da mesma forma agradecemos o apoio do Deputado Pastor Henrique Vieira (PSOL-RJ), criador da Frente Parlamentar em Defesa do Estado Laico, que colocou a Frente à disposição da articulação feminista e de direitos humanos. Para o CFEMEA foi importante provocar esse debate, esperamos que seja de grande utilidade para fortalecer a luta pela democracia, pelos Direitos Humanos, pelos direitos das mulheres e meninas, da população LGBTQIA+, da população negra e todas as pessoas que lutam e anseiam por um mundo justo.

Equipe do CFEMEA



01

É IMPERATIVO RESISTIR

GUACIRA CESAR DE OLIVEIRA



É IMPERATIVO RESISTIR

Guacira Cesar de Oliveira

Ao propormos esse diálogo sobre a corrosão da democracia pela violação do princípio da laicidade do Estado, temos nítido que o campo da direita (do centro até os fascistas, oportunistas mercadores da fé sedentos de poder político e econômico) vem incitando o ódio e marcando com contornos ainda mais fortes a disputa política que as lutas feministas, antirracistas, por direitos humanos, anti-LGBTQIA+fóbicas pautam no que resta da arena pública. O bloco ideológico-religioso-moral sataniza/estigmatiza essas agendas e as ativistas que as defendem.

Por outro lado, no campo oposto, quem ainda etiqueta as lutas das mulheres, negros, indígenas, quilombolas, ribeirinhos, pessoas LGBTQIA como identitárias, ainda enxerga mal os imprescindíveis conflitos políticos que os movimentos feministas, antirracistas, indígenas e LGBTQIA+ têm, a duras penas, conseguido colocar na esfera política.

Esses movimentos, ao longo das últimas décadas, geraram transformações profundas nas democracias latino-americanas. Foram e continuam sendo esses sujeit@s coletiv@s os que tensionam, como nenhum outro, a noção patriarcal, racista, etnocêntrica, cis-heteronormativa de cidadania, denunciam os mecanismos estruturais de produção e reprodução da exclusão das mulheres, negr@s, indígenas, pessoas LGBTQIA+ da condição de cidadãs, reivindicam e conquistam mudanças sem as quais os passos que demos em direção à justiça eossocial e a democratização do poder não teriam sido alcançados.

Contudo, tais agendas seguem incompletas, pendentes e as conquistas alcançadas, muito ameaçadas!

Violar o princípio da laicidade, submeter a política à religião tem sido uma das estratégias antidemocráticas e antidireitos bastante relevante, como bem evidenciam a representação política no Congresso Nacional e

suas várias instâncias de poder e decisão. A autodenominada Bancada Cristã já se constitui num enorme “bloco ideológico-religioso-moral” que atua no Congresso acima das opções partidárias. É alarmante o nível com que se implantou no Brasil e como está impactando o processo eleitoral. Precisamos ter presente tal ameaça e diagnosticar seu poder destruidor do sentido de ser parte de um mesmo povo. Ou isto não tem sentido? Será que existe alguma forma de homogeneidade, seja cultural, racial, sexual, religiosa ou política, que não seja imposta pela força, como regime autoritário de regulação social?¹

Temos frequentemente abordado os conflitos de maneira fragmentada, como se tivessem relação “apenas” com gênero, ou “apenas” com raça e etnia; como se os atores conservadores buscassem reordenar a sociedade como ordem familiar, com foco na reprodução e no controle sexualidade.

Atores conservadores têm estrategicamente tematizado essas disputas em termos identitários, confundindo o que está em jogo. Classificam assim demandas que são fundamentalmente igualitárias, colocando em jogo os limites da democracia e dos direitos humanos. É o caso de políticas afirmativas de gênero e raça, da legislação antirracista e anti-homofóbica, dos direitos reprodutivos e sexuais.

No campo progressista, tem sido comum a incorporação dessa classificação (lutas identitárias), atribuindo aos movimentos feministas, antirracistas, indígenas e LGBTQ+ a pecha de que estimulariam conflitos desnecessários, sombreando “o que realmente importa” e jogando lenha na fogueira da direita antidemocrática.

No entanto, as lutas desses movimentos transformaram profundamente as democracias e a agenda de direitos humanos, sobretudo a partir dos anos 1980. E o fizeram ao pressionar pela incorporação de reivindicações que tensionam noções universais de cidadania, assim como a noção do humano como um universal abstrato. Produziram-se, assim, ferramentas políticas que apontam para as condições concretas em que os direitos são recortados e capturados e

¹ <https://sentidoserumos.blogspot.com/search?q=fundamentalismo>

as violências são reproduzidas e toleradas socialmente. O efeito pode ter sido, sim, a ampliação dos conflitos, mas porque um dos resultados dessas lutas foi a desnaturalização de hierarquias e barbaridades cometidas em nome da ordem familiar, da nação etc. A estratégia reativa dos atores conservadores e antidemocráticos tem sido relativamente simples, e, talvez por isso, mobilizadora: afirmam que a realidade é o que é, que “sempre foi assim” e que as demandas por mudanças são estrangeiras em relação aos valores “da maioria”.²

A violação do princípio da laicidade do Estado é uma estratégia antidireitos, antifeminista, antidemocrática que tem prosperado de maneira veloz e brutal na atual legislatura. Haveria muitas várias formas de comprovar esta evidência. Nós começamos observando a atual Legislatura logo que foi eleita, sob a ótica das lutas feministas por direitos, em relação à justiça e direitos reprodutivos e os direitos sexuais, a concepção de família, a visão sobre o cuidado, as violências contra as mulheres, religiosidades e igualdade de gênero.

Quem acompanha grupos evangélicos em períodos eleitorais sabe que a disseminação de notícias falsas, principalmente no que se refere à chamada agenda moral, é tática antiga e vem sistematicamente relacionando ameaças morais a partidos, ativistas ou políticos de esquerda. As lideranças religiosas mais midiáticas encontram um terreno já semeado nesse sentido e investem nessa estratégia nas retas finais de campanhas políticas, seja apoiando umas ou “denunciando” outras.

Outro elemento que se aprofunda é a articulação de políticos-religiosos evangélicos e católicos conservadores. Eles têm se alinhado cada vez mais a pautas conservadoras em geral, incluindo a economia, o papel do Estado, a educação, a segurança pública, além das tradicionais pautas ativas desses parlamentares no campo dos direitos das mulheres e da população LGBTQI+.³

² https://br.boell.org/sites/default/files/2024-01/relatorio_religiao_democracia_ed.p

³ <https://outraspalavras.net/outrasmidias/a-religiao-arma-eleitoral-conservadora/>

A COMPOSIÇÃO DO CONGRESSO NACIONAL

Observando os eleitos com essa lente, identificamos 5 grupos: aqueles que se elegeram apresentando pautas dos direitos das mulheres e da diversidade sexual e parcialmente as lutas feministas totalizavam 20% do eleitos/as. Os outros 80% está composto pelos grupos de conservadores (40%) que, no máximo, apoiavam algumas medidas de enfrentamento a violência contra as mulheres; 10% pelo grupo armamentista (bancada da bala, altamente punitivista); 20% do grupo religioso/bancada da bíblia; 25% do grupo de defensores da “família tradicional”.

GRUPO RELIGIOSO (APROXIMADAMENTE 20% DOS/AS ELEITOS/AS) - Ligado à “bancada da bíblia”, invoca frequentemente a religião e faz abordagens bíblicas. Seus parlamentares apresentam-se como católicos, evangélicos ou até mesmo “tementes a Deus”. São também defensores da agenda “pró-vida”, contra o aborto, onde se localizam os e as eleitas mais antagônicas à agenda feminista.

GRUPO ARMAMENTISTA (POUCO MAIS DE 10% DOS/AS ELEITOS/AS) - Ligado à bancada da bala, defensor do armamento individual e da liberação das armas. Também defende o armamento para proteger as mulheres da violência, etc.

GRUPO DA PAUTA DE COSTUMES (APROXIMADAMENTE 1/4 DOS/AS ELEITOS/AS) - São defensores da “família tradicional”, parlamentares ultraconservadores. Concordam que o lugar exercido pelas mulheres deve ser somente de mãe, cuidadora e/ou dona de casa. A partir de argumentos relacionados à biologia essencialista, defendem o binarismo, em que só existem dois sexos. São também refratários à agenda LGBTQIA+, mas não fazem desses temas sua agenda principal.

Mas evidentemente, para entender a gravidade da situação não basta olhar os eleitos e suas bancadas. É preciso focar os espaços de poder

e entender como estão sendo ocupados: as Mesas Diretoras de ambas as Casas, os Colégios de Líderes, as Mesas Diretoras das Comissões Permanentes, as Lideranças Partidárias para avaliar a correlação de forças em disputa no Congresso Nacional.

MESAS DIRETORAS DA CÂMARA E DO SENADO

O presidente Hugo Motta, apesar de evitar posicionamentos sobre esta pauta, não resiste às pressões dos grupos antidireitos, inclusive da extrema direita. Os vices-presidentes e secretários, à exceção do Deputado Carlos Veras, todos têm perfil ideológico marcadamente conservador, há apenas uma mulher entre eles, são todos brancos, sem diversidade nem étnica e nem racial.

A atual composição da Mesa Diretora do Senado Federal reflete um cenário de conservadorismo, com poucos avanços em pautas progressistas e uma presença majoritária de homens brancos em posições-chave. O presidente Davi Alcolumbre (UNIÃO-AP) mantém uma postura neutra em temas como direitos reprodutivos e justiça social, evitando confrontos com setores conservadores, mas também sem promover avanços significativos.

Ana Paula Lobato (PSB-MA) e Humberto Costa (PT-PE) são vozes alinhadas a pautas sociais. Enquanto Confúcio Moura (MDB-RO) oscila entre o centrão e as agendas regionalistas. São 3 senadoras entre 7 senadores. No grupo de conservadores: Daniella Ribeiro (PSD-PB), Soraya Thronicke (União-MS) e Laércio Oliveira (PP-SE).

OS COLÉGIOS DE LÍDERES

Na Câmara dos Deputados há tradicionalmente uma instância que foi criada para equilibrar o forte poder que detém o presidente da Casa,

é o Colégio de Líderes. É formado pelos líderes da Maioria, da Minoria, dos partidos, dos blocos parlamentares e do Governo, recentemente foi incluída a participação de representação da Bancada Feminina e da Bancada Negra. Além de servir para consultas feitas pelo presidente, especialmente para ter ideia do comportamento das bancadas em votações delicadas, tem, entre outras, a atribuição de organizar a pauta das matérias que são levadas à votação em Plenário. No Senado Federal, até 2021 não havia essa instância parlamentar. Quando a Mesa do Senado se reunia com os líderes partidários, o fazia de modo informal. No Senado, a representação é somente de líderes partidários, da Maioria, da Minoria e do Governo. Também tem uma função essencial de equilibrar o poder centralizador do presidente.

Um requerimento para analisar em regime de urgência um Projeto de Resolução 71/2025, que visa alterar o Regimento Interno da Câmara para incluir representante da Bancada Cristã no Colégio de Líderes, foi apresentado pelos coordenadores das Frentes Parlamentares Evangélicas e Católica e aprovado com 398 votos favoráveis e 30 contrários!!!

O campo dito “cristão” reivindica mais espaço de poder para as suas agendas ultraconservadoras.

Os presidentes das Casas Legislativas, mesmo com a existência do Colégio de Líderes, acumulam e exercem grande poder. São eles que decidem por quais comissões vai passar um projeto de lei, se será ou não terminativa a decisão. Decidem quando serão instaladas Comissões Especiais Temporárias requeridas por parlamentares, por exemplo para a análise de Propostas de Emenda Constitucional, ou Comissões Parlamentares de Inquérito, para a instalação de 21 Comissões Gerais que discutem questões de relevância para toda a Casa. Também é a presidência de cada uma das Casas que indica as relatorias de Plenário das proposições legislativas, entre tantas outras iniciativas e competências relevantes de que estão investidos esses cargos. Além do mais, as presidências da Câmara e do Senado estão na linha sucessória em caso de impedimento do Presidente e Vice-presidente da República.

AS COMISSÕES

Considerando que as lutas por direitos e justiça reprodutiva e direitos sexuais é aquela que deixa mais nítida as alianças e a oposição à agenda feminista no parlamento, escolhemos algumas comissões técnicas permanentes por onde as proposições a esse respeito têm de passar para analisarmos.

Na Câmara dos Deputados, decidimos priorizar o mapeamento das presidências da Comissão de Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Famílias - cenário político polarizado: Ruy Carneiro (-1), conservador, evita se posicionar, Sargento Portugal (-2), alinhados à extrema direita e a agendas fundamentalistas, Laura Carneiro (+2) potencialmente aliada nas pautas de DSDR, fortemente aliada na defesa dos direitos sociais.

Comissão de Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania; embora o presidente se reivindique conservador, a composição majoritária da Comissão é o que temos de mais misógeno e racista na Câmara dos Deputados.

Comissão de Direitos Humanos, Minorias e Igualdade Racial; é presidida por um religioso ativista de Direitos Humanos o que não significa aliança incondicional com a pauta de DSDR.

Comissão dos Direitos da Mulher

As Deputadas Célia Xakriabá e Adriana Accorsi (ambas +2) emergem como vozes essenciais na defesa intransigente dos direitos das mulheres, com um compromisso explícito com o feminismo antirracista.

E no Senado Federal, elegemos a:

Comissão de Assuntos Sociais

A classificação do CFEMEA revela um cenário preocupante na

CAS do Senado: enquanto a senadora Dra. Eudócia (-2) representa abertamente a agenda antidireitos - alinhada ao fundamentalismo religioso e aos interesses do agronegócio -, o senador Marcelo Castro (-1) figura como um ator de risco por sua neutralidade ambígua, que exige monitoramento constante dos movimentos sociais. Esta radiografia expõe a fragilidade da Comissão responsável por políticas sociais cruciais, onde as vozes comprometidas com o feminismo antirracista (notas +1 e +2) são raras ou ausentes.

Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

A classificação do CFEMEA revela um cenário de tensão na CDH do Senado: enquanto a senadora Damares Alves (-2) personifica a agenda antidireitos – com histórico de ataques aos direitos reprodutivos e à identidade de gênero –, a senadora Mara Gabrilli (+2) emerge como possível aliada, ainda que demandando pressão constante para garantir seu alinhamento efetivo às pautas feministas antirracistas.

Esta é uma apresentação da situação atual das Mesas Diretoras da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, assim como de algumas Comissões Técnicas Permanentes, consideradas mais relevantes em ambas as casas legislativas, sob a perspectiva da justiça reprodutiva e da garantia dos direitos sexuais e direitos reprodutivos, com especial atenção às iniciativas de criminalização do aborto. O objetivo aqui é subsidiar com informação estratégica os movimentos de mulheres e feministas e outros movimentos compromissados com essa agenda em suas ações de incidência e monitoramento do Parlamento Brasileiro.

A decisão de construir esse mapeamento considera a gravidade das ameaças que colocam em risco direitos tão recentemente adquiridos e ainda tão pouco efetivados. Há uma presença expressiva de parlamentares de direita e extrema-direita, marcadamente antidireitos, antifeministas, fundamentalistas religiosos nas mesas diretoras do Parlamento Federal. E, por isso mesmo, a incidência feminista em terreno

dominado por opositores, evidentemente, exige informação estratégica e atenção redobrada.

A classificação dos/as parlamentares integrantes das direções segundo o grau de afinidade ou antagonismo em relação à agenda feminista segue a metodologia adotada pelo CFEMEA (você pode conhecer um resumo desse trabalho em: Perfil parlamentar (2023-2026) sob a ótica da agenda feminista⁴ e, um estudo mais completo pode ser conhecido em Das ruas para o parlamento: apoiadores e opositores da agenda feminista e dos direitos das mulheres na Câmara e Senado.

⁴ <https://www.cfemea.org.br/index.php/eleicoes/perfil-parlamentar-2023-2026-sob-a-%C3%B3tica-da-agenda-feminista-2023.html>

DE QUANTOS ATOS PONTIFÍCIOS SE FAZ UMA CONSTITUIÇÃO?

DENISE DOS ANJOS MASCARENHA



DE QUANTOS ATOS PONTIFÍCIOS SE FAZ UMA CONSTITUIÇÃO?

Denise dos Anjos Mascarenha¹

A atuação da Igreja Católica na regulação da sexualidade e a participação de lideranças religiosas no campo político não é novidade ao longo da história da América Latina. No Brasil a laicidade do Estado é uma garantia constitucional desde a primeira Constituição Republicana de 1891, e reafirmada na Constituição de 1988, estabelecer esse princípio na prática tem suas complexidades.

Em recente pesquisa realizada por Católicas pelo Direito de Decidir pelo Observatório de Laicidade, Gênero e Aborto, documentos da Igreja Católica foram revisitados e sistematizados no esforço de compreender a atual conjuntura na qual a questão religiosa está cada vez mais explicitada na esfera política e pública como a assinatura do Acordo Vaticano, instalação da Frente Católica Apostólica Romana, a criação da Bancada Cristã, e as recentes publicações conjuntas entre Conferência Nacional dos Bispos do Brasil e o Conselho Federal de Medicina contra a assistolia fetal, procedimento médico recomendado pela Organização Mundial de Saúde para realização de aborto acima de 22 semanas, para citar alguns exemplos.

Ao analisar escritos eclesiásticos se identifica orientações explícitas contrárias a tecnologias científicas e biomédicas que possam ser utilizadas para fundamentar a realização do aborto. Na Instrução sobre o Respeito à Vida Humana Nascente e a Dignidade da Procriação, divulgada pela Sagrada Congregação para a Doutrina da Fé, sucessora do Tribunal da Inquisição, o recurso do pré-natal é moralmente aceito se a finalidade for

¹ Coordenadora Executiva de Católicas pelo Direito de Decidir. Mestre em Políticas Públicas; Doutora em Sociologia e Pesquisadora do Grupo de Estudos em Saúde Coletiva da UFU.

para “respeitar a vida e a integridade do embrião e do feto humano e se orientar para a sua salvaguarda ou para a sua cura individual” (SAGRADA CONGREGAÇÃO PARA DOCTRINA DA FÉ, 1987, TÓPICO 2, PARA. 1).

A contracepção, tema essencial na garantia dos Direitos Sexuais e Reprodutivos, também é criticado pela hierarquia pois a relação sexual não teria como única finalidade a reprodução e assim os “cônjuges “comportam-se como ‘árbitros’ do desígnio divino, ‘manipula’ e aviltam a sexualidade humana” (HV, n. 13)” (PONTIFÍCIO CONSELHO PARA A PASTORAL NO CAMPO DA SAÚDE, 2019, pp. 26-27). Sobre educação sexual não há citação explícita, mas convocação aos agentes de saúde a favorecerem o que consideram contracepção natural e cristã da sexualidade, com uso de métodos naturais no intuito de promover centros de regulação da fertilidade, consultórios matrimoniais e familiares, centros de ajuda à vida e lares de acolhimento da vida, dentre outros. (JOÃO PAULO II, 1995).

Intelectuais católicos também são convocados a estarem nas “sedes privilegiadas da elaboração cultural, ou seja, no mundo da escola e das universidades, nos ambientes da investigação científica e técnica, nos lugares da criação artística e da reflexão humanista.” (Sagrada Congregação para Doutrina da Fé, 1987, tópico 98, parágrafo 3). Para o comprometimento com uma “nova cultura da vida”, foi criada em 1994 a Pontifícia Academia para a Vida, com o compromisso de promover e defender a vida e a dignidade humana por meio de estudo interdisciplinar e rigor científico, mantendo vínculo estreito com a presença da Igreja no mundo das ciências biomédicas, da assistência à saúde e das organizações de saúde, oferecendo colaboração a médicos e pesquisadores, mesmo não católicos, e não cristãos, mas que reconhecem a dignidade do homem e a inviolabilidade da vida humana como base moral essencial da ciência e da arte médica. (João Paulo II, 1995).

Às mulheres dois parágrafos são reservados. No primeiro são chamadas a promoverem o que nomeiam de “« novo feminismo » que, (...), saiba reconhecer e exprimir o verdadeiro génio feminino em todas as manifestações da convivência civil” (SAGRADA CONGREGAÇÃO PARA DOCTRINA DA FÉ, 1987, tópico 99). Para as que recorreram

ao aborto um convite a se abrirem ao arrependimento, reconhecendo que essa foi uma decisão difícil e talvez dramática que deixou feridas, e através do testemunho difundir o direito à vida, “coroados eventualmente com o nascimento de novos filhos e exercido através do acolhimento e atenção a quem está mais carecido” (SAGRADA CONGREGAÇÃO PARA DOCTRINA DA FÉ, 1987, tópico 99, parágrafo 2).

Esses documentos demonstram a estratégia institucional da Igreja Católica para a construção da retórica secular com argumentos “científico-jurídicos” a serem adotados por grupos religiosos e não (explicitamente) religiosos autodenominados pró-vida ou pró-família como forma de intervenção na esfera pública contra o que acreditam ser uma conspiração internacional entre corporações e movimentos sociais a ameaçar os valores cristãos sobre sexualidade e reprodução.

Até o século XVIII, o tema e a prática do aborto eram exclusivamente uma questão das mulheres. O feto, em geral, era considerado apêndice do corpo da mãe e os conselhos e instruções às mulheres grávidas eram dados por mulheres, que ajudavam a parir ou a abortar. Mas a Revolução Francesa colocou a questão do aborto no debate público com a necessidade de trabalhadores e soldados e junto a isso, algumas descobertas científicas dos séculos XVII e XVIII corroboraram na construção dos papéis de gênero, da imagem da mulher enquanto mãe. (GALEOTTI, 2007).

Com a adoção do conceito de dois sexos biológicos na centralidade da distinção entre homens e mulheres, também ganha força que, estando as mulheres aptas à maternidade, seriam mais vulneráveis a influências físicas, morais e intelectuais. Assim prevalece na literatura a perspectiva materno-infantil, e sendo a mulher representada enquanto mãe ou potencialmente grávidas, a saúde do feto e os aspectos reprodutivos da saúde são privilegiados na produção científica. (AQUINO, 2006).

Predomina assim a visão do corpo feminino como inerentemente mais frágil e vulnerável do que o corpo masculino, conectado a uma “maior sensibilidade” percebida tanto física, moral e intelectual, que estava ligada às suas funções reprodutivas. Embora a medicina do século

XIX enfatizasse a diferença radical entre homens e mulheres (dimorfismo biológico), havia preocupação simultânea sobre a instabilidade dessas diferenças, sugerindo que a comunidade médica não estava tão segura nesses conceitos quanto a retórica sugeria. (ROHDEN, 2003).

Mas a literatura médica do século XIX continuou a contribuir para a noção de limitações e capacidades naturais para cada sexo, solidificando papéis de gênero na sociedade. Difundindo o argumento que o papel principal das mulheres era a maternidade, pois seus corpos eram naturalmente projetados para esse propósito e assim a mulher é “dada em holocausto ao papel sublime da maternidade que constitui a abóbada do edifício familiar” (BARBOSA, 1891, pp.3-4, apud ROHDEN, 2003, p. 202).

O feto podia ser visto agora como uma entidade autônoma, o que representou mudanças significativas também para a reflexão teológica da época. Isso porque, a doutrina oficial da Igreja afirma que a vida humana começa na concepção, considerando o zigoto como uma pessoa humana desde a concepção ou uma pessoa humana em potencial, com os mesmos direitos. Recorrendo à tradição e infalibilidade institucional, a Igreja Católica afirma que sua posição sobre o aborto é consistente ao longo de sua história, citando as escrituras, os primeiros Padres da Igreja e até pronunciamentos papais. Mas ainda na Idade Média, havia controvérsia sobre o momento da hominização, se desde a concepção ou em momento posterior. A verdade é que sobre o início da vida, até hoje, não se tem consenso na literatura científica, a despeito das abordagens, biológica, psicológica, bioética, filosófica e religiosa.

Mas os esforços da hierarquia continuam na “Declaração sobre o aborto provocado”, publicada em 1974, onde se faz uso do recurso retórico de apropriação da linguagem científica, ao afirmar que a ciência genética demonstrou que “A partir da fecundação, começou a aventura de uma vida humana, na qual cada uma das suas capacidades requer tempo, mesmo um tempo bastante longo, para eclodir e para se achar em condições de agir” (Sagrada Congregação para a Doutrina da Fé, 1974, para. 13). Ao tempo que firma também que “De resto, não pertence às ciências biológicas dar um juízo decisivo sobre questões propriamente

filosóficas e morais, como são a do momento em que se constitui a pessoa humana e a da legitimidade do aborto” (Sagrada Congregação para a Doutrina da Fé, 1974, para. 13).

Em 1985, sob o papado de João Paulo II, A Igreja Católica instituiu o Pontifício Conselho para a Pastoral do Campo da Saúde com o objetivo de oferecer aos desafios que proveem do mundo da saúde uma resposta animada pela fé e pela esperança. (Pontifício Conselho para a Pastoral no Campo da Saúde, 2019, p. 11). Na primeira Carta, publicada em 1994, orientava profissionais de saúde católicos e em 2019 a segunda Carta é divulgada com a necessidade de atualização devido os avanços nas pesquisas do campo biomédico e científico e ampliação do público destinado não seria apenas profissionais da medicina, enfermagem e auxiliares, mas também “biólogos, farmacêuticos, agentes de saúde que operam no território, legisladores em matéria sanitária, agentes do setor público e privado, de matriz laica ou confessional.” (Pontifício Conselho para a Pastoral no Campo da Saúde, 2019, p. 13).

Com o intuito de promover o diálogo entre a biomedicina e os princípios morais do Magistério da Igreja, tem em um dos seus propósitos a preparação e formação contínua, com destaques para a bioética, seguindo à norma moral e a vontade de Deus. (Pontifício Conselho para a Pastoral no Campo da Saúde, 2019). No Brasil, a Igreja Católica, representada pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, tem investido na criação de Associações de Médicos Católicos nos estados, principalmente na última década, com o objetivo de construir a interação necessária entre exercício da profissão médica e ação pastoral. Assim, tem mobilizado a expansão desses grupos para que, enquanto organização de natureza religiosa, cultural e científica, defenda entre outros temas, a vida desde a concepção até a morte natural.

Com crescimento de duas para 20 associações nos últimos 25 anos, sendo 19 diocesanas e uma nacional, o campo da saúde se apresenta como estratégico para o uso da liberdade de associação pra restringir direitos, ao tempo em que a livre associação de organizações de defesa dos direitos humano está ameaçada no Congresso Nacional, onde desde 2016 tramita projeto de lei que objetiva inviabilizar o financiamento de

organizações que defendam direitos fundamentais como demarcação de terras indígenas, conservação do meio ambiente, defesa da Amazônia, descriminalização das drogas e também aborto, o único que possui uma Frente parlamentar para combatê-lo especificamente. O cenário direciona para a necessidade de reflexão interseccional de como laicidade, gênero e aborto estão conectados a questões estruturais para a garantia de uma democracia plena.

Referências

AQUINO, E. M. L. Gênero e saúde: perfil e tendências da produção científica no Brasil. Revista de Saúde Pública, v. 40, n. spe,121-132, 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0034-89102006000400017>. Acesso em: 06 nov. 2023.

GALEOTTI, G. História do aborto. Coimbra: Edições 70, 2007.

JOÃO PAULO II. Carta Encíclica Evangelium Vitae. Vaticano: Libreria Editrice Vaticana, 25 mar. 1995. Disponível em: https://www.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/encyclicals/documents/hf_jp-ii_enc_25031995_evangelium-vitae.html. Acesso em: 05 mar. 2024.

PONTIFÍCIO CONSELHO PARA A PASTORAL NO CAMPO DA SAÚDE. Nova carta aos agentes de saúde. (Documentos da Igreja 52) Brasília/DF: Edições CNBB, 2019.

ROHDEN, F. A construção da diferença sexual na medicina. Cadernos de Saúde Pública, v. 19, supl.2, 201-212, 2003. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-311X2003000800002>. Acesso em: 23 jul. 2024.

SAGRADA CONGREGAÇÃO PARA DOCTRINA DA FÉ. Declaração sobre o aborto provocado. 18 nov. de 1974. Disponível em: https://www.vatican.va/roman_curia/congregations/cfaith/documents/rc_con_cfaith_doc_19741118_declaration-abortion_po.html. Acesso em: 06 mar. 2024.

SAGRADA CONGREGAÇÃO PARA DOCTRINA DA FÉ. Instrução sobre o respeito à vida humana nascente e a dignidade da procriação: respostas a algumas questões atuais. 22 fev. de 1987. Disponível em: https://www.vatican.va/roman_curia/congregations/cfaith/documents/rc_con_cfaith_doc_19870222_respect-for-human-life_po.html. Acesso em: 06 mar. 2024.



**A ASCENSÃO DA
EXTREMA DIREITA
E A AMEAÇA
DEMOCRÁTICA:
DESAFIOS
CONTEMPORÂNEOS
PARA AS LUTAS
FEMINISTAS**

DENISE MANTOVANI



A ASCENSÃO DA EXTREMA DIREITA E A AMEAÇA DEMOCRÁTICA: DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS PARA AS LUTAS FEMINISTAS

Denise Mantovani²

A extrema direita como fenômeno global e multifacetado

Desde as primeiras décadas do século XXI, observa-se, em diversas regiões do Ocidente, a consolidação de uma política antidemocrática marcada pelo crescimento da extrema direita em múltiplos setores da sociedade. Trata-se de um fenômeno mundial, heterogêneo em suas expressões nacionais, mas dotado de traços comuns que permitem compreendê-lo como parte de uma mesma racionalidade política e cultural. Em muitas regiões do mundo (inclusive no Brasil e outras regiões das Américas) forças de extrema direita chegaram ao poder em regimes de democracia liberal. Discursos sustentados pelo ódio ao outro, valorizando sentimentos de supremacia étnica e racial, de cunho racista e xenófobo contra a população negra, indígena, migrante. Discursos de afirmação e poder sustentados pela violência, pelo uso da força contra mulheres e crianças, contra populações vulneráveis que vivem em territórios disputados pelo crime organizado; discursos que desprezam a realidade de famílias em situação de precarização social (em sua maioria chefiadas por mulheres).

Uma realidade vivenciada no Brasil e em diversas partes do mundo,

² Jornalista, cientista política, ativista feminista. Doutora em Ciência Política pela Universidade de Brasília com pós doutorado em estudos feministas interseccionais/UNB.

onde a racionalidade neoliberal da exclusão e das violências se entrelaçam com novos arranjos e configurações conservadoras que rechaçam as conquistas por direitos das mulheres, da população LGBTQUIA+ em alianças com o autoritarismo armamentista, o punitivismo, grupos religiosos e não religiosos conservadores que defendem a moral tradicionalista em defesa da família tradicional heteropatriarcal. São movimentos políticos que não são novos, mas se reaglutinam em torno de uma “nova ordem” que se coadunam com interesses econômicos cada vez mais concentrados num sistema “canibal” (Fraser, 2024) que vem devorando a democracia, o cuidado com as pessoas e o ambiente e cada vez concentra mais a riqueza nas mãos de muito poucos, eliminando direitos, precarizando a vida, o trabalho, ampliando as violações de direitos, desmontando o Estado Social.

Apesar das diferenças históricas e institucionais entre países capitalistas, esses movimentos compartilham uma visão de mundo profundamente alinhado ao neoliberalismo. O individualismo radical, a meritocracia como narrativa justificadora das desigualdades (“eu me fiz sozinho”), a ostentação como símbolo de sucesso e o rechaço sistemático à alteridade constituem elementos centrais dessa lógica. Trata-se de uma perspectiva excludente, que naturaliza privilégios e transforma desigualdades estruturais em falhas individuais. E família tradicional, o enfrentamento à violência doméstica (com leis punitivistas) e a politização do religioso (MACHADO, VAGGIONE, BIROLI, 2020) vão se reconfigurando como estratégias discursivas para ocupar os espaços de deliberação política, como o parlamento, para maximizar agendas reativas aos avanços de políticas sexuais, de gênero e da família (idem, 2020) com grande impacto na formulação, revisão e aprovação de leis e implantação de políticas públicas.

A ascensão da extrema direita não ocorre no vazio. Ela é alimentada por fatores históricos e conjunturais que se combinam de forma explosiva: o racismo e a xenofobia, voltam a ser legitimados em discursos públicos; a aversão crescente aos sistemas democráticos liberais; a aliança entre extremismos religiosos e projetos nacionalistas supremacistas; e, sobretudo, o aprofundamento da crise do capitalismo global desde

2008. A agenda do capital especulativo internacional impõe reformas que fragilizam legislações trabalhistas, desmontam políticas públicas e corroem o Estado Social. O resultado é a precarização generalizada da vida, que se expressa no trabalho instável, na insegurança material e no esvaziamento das perspectivas de futuro — especialmente para jovens, mulheres e populações racializadas.

Precarização da vida, produção do medo e subjetividades autoritárias

A precarização da vida não é apenas um fenômeno econômico; ela produz efeitos profundos na subjetividade. O medo e a incerteza gerados pela instabilidade permanente alimentam sentimentos de autopreservação, ameaça e ressentimento. Como analisa Wendy Brown (2019), trata-se de uma “produção subjetiva neoliberal”, na qual indivíduos são levados a competir entre si, internalizando o fracasso como culpa pessoal.

É nesse terreno que prosperam sentimentos autoritários e destrutivos em relação ao “outro”. Nacionalismos excludentes, discursos fascistas e posições segregacionistas são socialmente construídos a partir da instrumentalização da raiva e do ódio de sujeitos que tiveram suas vidas precarizadas. Muitos se percebem abandonados economicamente e ressentidos racialmente, especialmente em sociedades marcadas por hierarquias coloniais não superadas. O migrante que “rouba” seu emprego, as mulheres que “disputam” salários e empregos e o ataque às políticas de equidades de gênero, raça e diversidade sexual; o tradicionalismo e a “retidão” moral, a defesa da família tradicional em choque com movimentos sociais crescentes em busca de justiça, direitos e reparação: negros, indígenas, mulheres, pessoas não binárias, homossexuais, ambientalistas, entre outros grupos sub-representados na política, mas amplamente majoritários socialmente tornam-se “o outro” a ser destruído, ridicularizado, tratado como “minoritários”.

Nancy Fraser denomina esse estágio como “capitalismo canibal”: um sistema que devora as próprias bases sociais que o sustentam, ao mesmo tempo em que desloca conflitos estruturais para guerras culturais e morais. Assim, ataques aos valores democráticos, civilizatórios e humanistas tornam-se frequentes, acompanhados da demonização do social e do político.

A moral tradicionalista — centrada na família heteronormativa, branca e patriarcal — emerge como um ideal supostamente ameaçado. Essa visão de mundo estruturado no pensamento cristão conservador é um elemento central para destacar este novo momento de coalizões políticas de extrema direita. Ela opera como eixo organizador desses grupos, unificando-os em torno de uma agenda que se apresenta como defensiva, mas que, na prática, legitima racismos, misoginias e posicionamentos supremacistas sustentados num arcaísmo colonialista escravocrata e patriarcal. O movimento é reacionário porque estabelece um “ideal a ser recuperado”, que nunca existiu, de fato. E que combate os avanços de inclusão social e política (ainda que insuficientes) trazidos por movimentos feministas, antirracistas, direitos LGBTQIA e ambientalistas em torno de equidade de gênero, raça e diversidade. Essas novas estratégias têm objetivos definidos: restringir as conquistas plurais e reposicionar o Estado em torno retrocessos que redefinem normas e leis que passam a ser desvantajosas para os direitos das mulheres e das maiorias sociais sub-representadas.

O controle sobre a reprodução e a sexualidade, a defesa da família tradicional, hierárquica sob o “mando” masculino torna-se um valor a ser preservado em contraposição aos avanços de uma educação baseada no respeito às diferenças, voltada para a equidade de gênero, racial e sexualmente diversa. Esta reação conservadora está profundamente enraizada nas visões de mundo em que o papel do Estado social é cada vez menor, devolvendo às famílias as obrigações com o cuidado, educação e saúde, dos seus integrantes.

Gênero, moralidade e revolução digital

Uma democracia secular liberal autoriza a proteção dos valores religiosos como um direito individual, mas limita esses direitos à legislação secular que protege o direito individual de crença. Ao mesmo tempo, é o Estado secular que protege o interesse coletivo, público, de respeitar as liberdades individuais de crença e louvor, sem que essas perspectivas se imponham como regra para terceiros. Seja para garantir a liberdade de expressão da diversidade religiosa, seja para garantir o direito e a autonomia das mulheres ao próprio corpo, à sua sexualidade e vida reprodutiva. No entanto, o que tem se observado nesta atualização conservadora é que a estratégia legal está aliada a valores cristãos tradicionalistas. A batalha em torno do aborto é reveladora do quão política e instrumentalizada está a atuação do campo religioso e não religioso conservador no parlamento brasileiro em relação ao combate à igualdade de gênero, aos direitos sexuais e reprodutivos e à diversidade sexual. E como ocupam lugar central na agenda da extrema direita.

Esses ataques se intensificam no contexto da revolução digital, em que algoritmos amplificam discursos de ódio, incentivam a cultura do confronto e minam valores fundamentais da cidadania democrática, como o diálogo, a solidariedade e o respeito ao voto consciente.

Esse ambiente é agravado pela presença crescente da violência armada, do crime organizado, das milícias e do militarismo, especialmente em territórios periféricos urbanos, áreas rurais, regiões de fronteira e florestas. A combinação entre armas, extremismos de direita e política institucional cria um cenário particularmente ameaçador para mulheres, população negra, indígenas e LGBTQIA, +. Embora heterogêneos, grupos de extrema direita se aglutinam em torno da percepção de um inimigo comum. A história política e social é reveladora do quanto o corpo das mulheres é esse “inimigo comum”, que é reificado e transformado em objeto de controle e poder de hierarquias religiosas, do Estado e das ideologias supremacistas masculinistas.

A extrema direita no Brasil: autoritarismo estrutural e bolsonarismo

No Brasil, a reinserção da extrema direita na política institucional ganhou força com a eleição de Jair Bolsonaro em 2018 e se consolida com o avanço da representação parlamentar da extrema direita em 2022. O mesmo pleito que deu a vitória ao presidente Luís Inácio Lula da Silva, do campo progressista, elegeu um parlamento majoritariamente conservador e de direita ampliando, também, a representação de defensores de agendas da extrema direita. Do ponto de vista partidário, as siglas que elegeram, em 2022, as maiores bancadas estão nas posições de direita e extrema direita na Câmara Federal (a única exceção pela esquerda foi o Partido dos Trabalhadores, com 69 deputados e deputadas): Partido Liberal (99 deputados); União Brasil (59 deputados); Partido Progressista (47 deputados); Republicanos (41 deputados), chegando a 246 deputados (48% dos 513 deputados federais) (MANTOVANI, et.al, 2023). De acordo com o estudo sobre o perfil do Congresso eleito em 2022, são esses os partidos que abrigam a maioria de eleitos com posições conservadoras, defensores do armamentismo, de regimes autoritários, religiosos de posições antigênero, contrários aos avanços democráticos relacionados à igualdade de gênero, direitos sexuais e reprodutivos e à laicidade do Estado.

Outro dado colhido na análise dos perfis dos eleitos em 2022 no Instagram: a perspectiva religiosa. Dos 513 deputados federais eleitos, 63% deles/delas (323 parlamentares) declararam relação ou vínculo com alguma perspectiva religiosa. Desse grupo, 46% (152 deputados/as) apresentavam-se como católicos, 28,8% (95 deles) apresentavam-se em suas redes como cristãos/cristãs sem vincular com alguma denominação específica, 24,6% (81 deputados/as eleitos) apresentavam-se como evangélicos, em alguns casos apresentando a denominação a qual pertenciam. Dos 513 deputados eleitos, somente uma deputada declarou seu vínculo com tradições religiosas de matriz africana. No senado, dos 81 senadores observados, 56% (45 senadores) declararam algum vínculo com alguma matriz religiosa cristã.

Embora heterogêneos, esses grupos se aglutinam em torno de dois grandes polos: o libertarianismo neoliberal, que prega o Estado mínimo e naturaliza o trabalho precarizado como liberdade; e os grupos autodefinidos como defensores da pauta religiosa, que ganharam força na representação política institucional desde os anos 1990 com o avanço de lideranças pentecostais, mas também segmentos católicos tradicionalistas.

Esses grupos atuam em alianças estratégicas, frequentemente em articulação com atores internacionais, inclusive setores do Vaticano (CORRÊA, 2018). O avanço dos direitos humanos e da diversidade é apresentado como ameaça à “família tradicional”, reforçando pânicos morais e legitimando violências simbólicas e materiais.

De acordo com Mantovani, et.al (2023) a aproximação entre grupos armamentistas e religiosos extremistas representa cerca de um terço da Câmara dos Deputados na Legislatura 2023-2026, enquanto a aliança entre agendas neoconservadoras e fundamentalistas que combatem a igualdade de gênero alcança mais de 40% do parlamento. As redes sociais, com suas bolhas de ódio e fake news, intensificam esse cenário, especialmente em temas como aborto, violência sexual e direitos das mulheres.

Feminismo, diálogo e alianças interseccionais

Nesse contexto, os feminismos enfrentam desafios internos e externos. De um lado, sofre ataques constantes, caricaturado como radical e intolerante. De outro, precisa reconhecer que parte de suas linguagens e práticas se distanciaram das vivências de muitas mulheres, especialmente aquelas que se entendem como conservadoras, religiosas ou, ainda, aquelas que desempenham atividades de cuidado reprodutivo de suas famílias e do trabalho doméstico não remunerado, o que produz uma importante assimetria econômica e, em muitos casos, impossibilitam

que elas consigam romper ciclos de violências que se impõem sobre si e seus filhos.

É fundamental afirmar que fé não é incompatível com a luta das mulheres. Nem todas vivenciam a submissão como algo natural, e o preconceito contra feministas e as lutas feministas cria barreiras que precisam ser rompidas. O diálogo com mulheres não radicalizadas, mas conservadoras, é estratégico para ampliar alianças e enfrentar a captura da agenda de direitos pela extrema direita com um discurso em defesa de uma moral reprodutiva e matrimonial hierárquica, de rejeição à diversidade sexual e de revisão reacionária de conquistas regulatórias fruto das lutas feministas ao longo do século XX no campo do direito e da formulação de leis.

As redes sociais desempenham papel central nesse processo de reação conservadora e de extrema direita contra a vida das mulheres. Fake news e campanhas de desinformação criminalizam o aborto, incentivam violações e estupro virtuais e negam a violência sexual — especialmente contra meninas e mulheres —, além de reforçar estereótipos de radicalismo e destruição sobre o feminismo que utilizam o medo e a incerteza como ferramentas políticas.

Nesse contexto, figuras como Michelle Bolsonaro emergem como herdeiras políticas de um pensamento de extrema direita (onde o bolsonarismo tornou-se o elo de coesão dessa multiplicidade de interesses) que se ancora fortemente no campo religioso antifeminista, mobilizando valores tradicionalistas e assimétricos com a promessa de restauração da paz e da prosperidade da família tradicional.

O feminismo, por sua vez, enfrenta um duplo desafio. De um lado, é alvo constante de ataques, caricaturado como intolerante, radical e desconectado da “vida real”. De outro, precisa reconhecer que, em alguns momentos, suas linguagens e estratégias se distanciaram das vivências de muitas mulheres — especialmente daquelas que se identificam como conservadoras, religiosas ou ainda as mais vulneráveis economicamente, que dependem de benefícios para garantir o mínimo de sustento aos seus dependentes. Ou ainda, por dificuldades econômicas, não conseguem

romper os ciclos de violência cotidiana de relações abusivas e violentas.

É fundamental afirmar que fé e luta das mulheres não são incompatíveis. Nem todas as mulheres vivenciam a submissão como destino, mesmo em contextos religiosos. O preconceito contra o feminismo e contra feministas cria barreiras que precisam ser enfrentadas com diálogo, escuta e construção de pontes — sem abrir mão de princípios.

A extrema direita tem tentado se apropriar de pautas comuns às mulheres, ressignificando esses discursos a partir de abordagens conservadoras e moralizantes. Questões como violência doméstica, hierarquias de gênero, estupro de meninas e mulheres, gravidez indesejada, responsabilidades individuais sobre o trabalho reprodutivo e de cuidado enquanto o Estado diminui políticas sociais, são alguns exemplos.

Por isso, ampliar alianças é urgente. Agendas como o enfrentamento das violências de gênero e raciais; a defesa da remuneração do trabalho doméstico e do cuidado para as mulheres (para além do auxílio financeiro à família), o fortalecimento da autonomia das mulheres, seja econômica, patrimonial, educacional com políticas de Estado voltada para as mulheres, a valorização do trabalho doméstico como atividade produtiva, a educação antirracista, anti-homofóbica nas escolas baseada no respeito às diferenças constituem agendas que podem fortalecer a presença das lutas feministas emancipatórias às realidades concretas da maioria das mulheres e são pontos de conexão fundamentais.

As alianças interseccionais são indispensáveis. Machismo e racismo aprofundam vulnerabilidades; machismo e homofobia intensificam a violência contra mulheres lésbicas e trans; e a condição socioeconômica agrava todas essas desigualdades, especialmente em territórios periféricos urbanos e rurais.

Considerações finais

A ascensão da extrema direita representa uma ameaça concreta à

democracia e aos direitos das mulheres. Enfrentá-la exige compreender suas raízes estruturais no neoliberalismo, no machismo e no racismo, mas também exige um feminismo capaz de dialogar, ampliar alianças e disputar sentidos na sociedade. Defender a democracia, hoje, é também defender a vida, a dignidade e a pluralidade das experiências femininas em toda a sua diversidade.

Referências

BIROLI, Flávia; MACHADO, Maria das Dores; VAGGIONE, Juan. Gênero, neoconservadorismo e democracia: disputas e retrocessos na América Latina, 1ª ed., São Paulo, Boitempo, 2020.

BROWN, Wendy. Nas ruínas do neoliberalismo. A ascensão política antidemocrática no ocidente, São Paulo, Editoria Filosófica Politeia, 2019.

CORREA, Sonia. A política do gênero, um comentário genealógico. Cadernos Pagu, (53), 2018, disponível em <https://www.scielo.br/j/cpa/a/vwdzHh6pHS6ZBVskqfLrqr/?lang=pt>

COSTA, Beatriz Della Costa; ROCHA, Camila; SOLANO, Esther. Feminismo em Disputa: um estudo sobre o imaginário político das mulheres brasileiras, 1ª ed, São Paulo; Boitempo, Instituto Update, 2022.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. A nova razão do mundo. Ensaio sobre a sociedade neoliberal, 1ª edição, São Paulo, Boitempo, 2016.

FRASER, Nancy. Capitalismo Canibal: como nosso sistema está devorando a nossa democracia, o cuidado e o planeta e o que podemos fazer a respeito. Trad: Aline Scatola, São Paulo, Autonomia Literária, 2024
LACERDA, Marina Basso. O novo conservadorismo brasileiro: de Reagan a Bolsonaro, Porto Alegre: Zouk, 2019.

LOWI, Michel. Conservadorismo e extrema-direita na Europa e no Brasil. Revista Serv. Soc.Soc., São Paulo, n. 124, p. 652-664, out./dez. 2015, disponível em <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/MFzdwxKBBcNqHyKkckfW6Qn/abstract/?lang=pt>

MACHADO, Maria das Dores Campos; BURITY, Joanildo. A Ascensão Política dos Pentecostais no Brasil na Avaliação de Líderes Religiosos, Revista DADOS, vol.57, n.3, 2014, p: 601-631. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/218/21832526002.pdf>

MANTOVANI, Denise; BELANÇON, Milena; BARBOSA Maíres; MESQUITA, Mari. Das ruas para o parlamento: como pensam o gênero deputados e senadores da 57ª Legislatura do Brasil (2023-2026) - Artigo encomendado pelo Centro de Estudos Feministas- CFEMEA, realizado entre outubro e dezembro de 2022, Brasília, 2023. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/12BiWImCjNho1SI-KcgLJ1r-g0ucMczL/view>

ROCHA, Camila. Menos Marx, Mais Mises: O liberalismo e a nova direita no Brasil. 1ª ed., São Paulo, Todavia, 2021.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Sobre o autoritarismo brasileiro, 1ª edição, São Paulo, Companhia das Letras, 2019. 10ª reimpressão.

**RELIGIÃO E POLÍTICA
NAS DISPUTAS PELO
CONCEITO DE GÊNERO:
MICHELLE BOLSONARO
E A DIREITA E OS
TRAÇOS ATUAIS DA
DIREITA FEMININA**

JACQUELINE MORAES TEIXEIRA



RELIGIÃO E POLÍTICA NAS DISPUTAS PELO CONCEITO DE GÊNERO: MICHELLE BOLSONARO E A DIREITA E OS TRAÇOS ATUAIS DA DIREITA FEMININA

Jacqueline Moraes Teixeira (Antropóloga, Professora da Faculdade de Saúde Pública da USP e Pesquisadora do Cebrap)

"Infelizmente muitas cristãs não estão enxergando. Não olhem para o meu marido, olhem para mim que sou uma serva do Senhor, que tenho discernimento do mundo espiritual. Ele é tão falho como eu e como você porque perfeito é só Jesus e Jesus não agradou a todos."

Michelle Bolsonaro, outubro de 2022

A epígrafe que abre este texto é uma fala da então primeira-dama Michelle Bolsonaro e foi proferida em um evento realizado na sede da Assembleia de Deus Vitória em Cristo (ADVEC), na cidade do Rio de Janeiro, logo após o resultado do primeiro turno das eleições presidenciais de 2022. O discurso aconteceu no contexto da campanha "Mulheres com Bolsonaro", que tinha como objetivo prioritário a busca pela consolidação do voto de mulheres evangélicas naquele pleito. Durante os 28 dias que antecederam a votação para o segundo turno, Michelle Bolsonaro se uniu a lideranças como a ministra Damarens Alves, dos deputados federais Sílvia Waiapi e Nikolas Ferreira em uma caravana que circulou pelo país

participando de eventos produzidos por lideranças políticas e religiosas locais. Em todas elas, a presença do público evangélico foi significativa e escancarou a aposta de Jair Bolsonaro na parcela do eleitorado que em 2018 garantiu a ele 71% dos votos¹ e no interior do qual, segundo pesquisas de opinião, ele vinha perdendo apoio em 2022. Michelle Bolsonaro, por sua vez, foi peça fundamental na tentativa de reeleição do marido. Não por acaso, atuou ativamente desde a pré-campanha, na esteira de sua participação em projetos do governo entre 2019 e 2022.

Além de coordenar projetos atrelados ao Ministério da Cidadania, enquanto primeira-dama participou, ao lado de Damare Alves, no lançamento de programas desenvolvidos pelo extinto Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (Teixeira e Barbosa, 2022). Sua relação com a pasta, inclusive, recebeu novos holofotes justamente em 2022, quando Michelle passou a atuar mais incisivamente na divulgação de iniciativas de combate à violência doméstica e familiar. Ao lado de Cristiane Britto, que substituiu Damare no comando da pasta, participou, ainda em maio, de um pronunciamento em cadeia nacional divulgando políticas para mulheres. No vídeo, transmitido no dDia das Mães, ela foi identificada como primeira-dama, mulher e mãe, em uma referência direta à centralidade dessas categorias sociais nos discursos sobre família que marcaram o governo Bolsonaro.

A partir de 2020, Nos últimos dois anos, Michelle também passou a explorar ainda mais sua identidade religiosa². Além da visível mudança estética, que incluiu mudança do corte e da cor do cabelo, além do uso de roupas mais sóbrias, seus discursos como primeira-dama passaram a dar uma forte ênfase ao repertório e à corporeidade evangélicas. Em suas recorrentes falas públicas, também passou a dar centralidade à ideia de luta do bem contra o mal enfrentada não apenas pelos brasileiros, mas pelo Brasil enquanto nação. Para boa parte do segmento evangélico, a

¹ Segundo pesquisa sobre intenção de votos realizada quatro dias antes do segundo turno das eleições presidenciais daquele ano. <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-45829796> . Acesso em 23 de outubro de 2018.

² No e-book "Extrema direita no Brasil : sujeitos e coletivos pela "restauração nacional"", resultado da pesquisa coordenada por Christina Vital e Michel Gherman, observamos o sucesso que Michelle Bolsonaro fazia no ecossistema da extrema direita na medida em que ela era a única mulher presente na lista dos 10 maiores influenciadores nesse espectro político (em uma lista de quase 200 perfis analisados entre homens, mulheres e perfis coletivos).

ideia de batalha espiritual está longe de se restringir ao mundo espiritual, estendendo-se ao mundo material. Segundo esta teologia, os problemas da ordem do cotidiano são percebidos como uma atuação contundente do inimigo, o demônio (Mariz, 1999). Ao mesmo tempo, como já indicado por Birman (1996) e Machado (1996), são as mulheres evangélicas as responsáveis pelo papel de mediação e enfrentamento das mazelas cotidianas em ambos os mundos. De acordo com Birman (1996), elas seriam capazes de controlar a circulação do mal e, a partir da religião, solucionar problemas de ordem material que afetam a elas e a suas famílias. Assim como Michelle se apresentou ao eleitorado de seu marido.

Após o evento de lançamento da candidatura de Bolsonaro, em julho de 2022, quando Michelle explorou fortemente a ideia de batalha espiritual, vários veículos da imprensa se concentraram em circular as inconsistências contidas em suas falas sobre as políticas públicas para as mulheres. Já nos grupos e páginas voltados para o público evangélico, entretanto, a primeira-dama apareceu comparada à Rainha Ester. Na narrativa bíblica, Ester é conhecida por ser uma mulher forte, sábia e virtuosa. Judia, casou-se com o rei da Pérsia e, em momentos cruciais de guerra, assumiu o trono para proteger o povo judeu do governo persa. Assim, enquanto parte do povo persa se sentia governado pelo rei, para o povo judeu o governo era responsabilidade de Ester e, por isso, proteger o governo persa também representava proteger o governo de Ester.

Seguindo a narrativa bíblica, o protagonismo assumido pela primeira-dama na campanha explorou a imagem dessa mulher forte capaz de garantir uma aliança entre o governo e seu povo. Bolsonaro, o Messias, seria o escolhido para vencer o inimigo materializado nas imagens da esquerda e do PT. Reforçando essa identificação, ao longo da campanha, Bolsonaro fez discursos que remetiam à passagem bíblica que afirma que a fé da mulher tem força para redimir o homem e Michelle seria uma prova disso e apostou na retórica de valorização feminina, reconhecendo as mulheres como responsáveis pelos vínculos familiares em todas as dimensões, de cuidado, econômicos e espirituais, assim como no vídeo promocional de dia das mães divulgado em maio de 2022.

Diante desse contexto, duas narrativas foram muito exploradas

pela campanha bolsonarista em 2022. A primeira afirmava que, em caso de uma eventual vitória do candidato Lula, seria implantado um regime comunista que perseguiria igrejas cristãs. Já a segunda apostou nas temáticas da família e da infância, supostamente ameaçadas em caso de vitória “da esquerda”.

Ambas dão continuidade a uma retórica persecutória e de minoritização que marcam a presença pública dos evangélicos no país (Burity, 2018; Vital da Cunha, 2020). Para justificar a narrativa, exemplos de casos que estariam ocorrendo em outros lugares do planeta, não raramente com mobilização de fake news e de vídeos descontextualizados, ilustravam a ameaça e reforçavam a sensação de insegurança.

Já a ideia de defesa irrestrita da liberdade, incorporada em 2022 ao lema “Deus, Pátria e Família” que elegeu Bolsonaro em 2018, ajudou a dar sentido a este circuito narrativo, pois tanto a liberdade religiosa quanto a liberdade para escolher sobre a educação dos filhos, por exemplo, estariam ameaçadas em caso de derrota de Bolsonaro.

Caberressaltar, entretanto, que nenhuma dessas narrativas configuram exatamente uma novidade. Todas ajudaram a eleger Bolsonaro em 2018 (Vital da Cunha, 2020), mas já podiam ser identificadas nos discursos daquilo que Pierucci (1987) identificou como “a nova direita” brasileira que se estabeleceu no período pós-redemocratização. Certamente, um elemento importante que não aparecia com a mesma força no período analisado por Pierucci é a centralidade da categoria mulher na produção do engajamento às pautas de direita e extrema direita. Isso se deu, em parte, porque a agenda moral ganhou força também como resposta a institucionalização do feminismo estatal, cujo ativismo político foi fundamental na implementação de políticas públicas para as mulheres, como é o caso da Lei 11.340, popularmente conhecida como Lei Maria da Penha (Sanches, 2021). Nesse processo, o imaginário político do “irmão vota em irmão” — peça chave na construção de um ativismo evangélico durante a Constituinte em 1986 — abriu espaço para o “irmã vota em irmã”, trazendo a necessidade da imagem da mulher no centro do engajamento mesmo que para garantir a legibilidade de candidaturas masculinas, como fizeram Damares Alves e Michelle Bolsonaro.

Como resultado de todos esses esforços, a retórica persecutória foi encampada de maneira ainda mais explícita do que em 2018 por lideranças das principais igrejas evangélicas do país, desde pentecostais como Assembleias de Deus e Igreja Universal a igrejas históricas como Presbiterianas e Batistas. Segmentos da Igreja Católica, sobretudo aqueles ligados à Renovação Carismática, também apoiaram abertamente a reeleição de Bolsonaro e replicaram discursos de pânico moral e fake news. Também não foram poucos os relatos de ameaças a fiéis que não apoiassem Bolsonaro dentro de grandes e pequenas igrejas³, seja com promessa de expulsão, seja com isolamento do restante da comunidade de fé. Por outro lado, todo esse apoio explícito não se deu sem críticas. Evangélicas/os críticas/os a Bolsonaro denunciaram publicamente as ameaças vividas⁴ e relataram como todo o processo político vinha afetando a convivência dentro das igrejas, incluindo casos de violência armada⁵.

Diante desse contexto, torna-se urgente questionar como todo esse discurso é recebido por mulheres evangélicas e escrutinar suas percepções sobre a família Bolsonaro, mas também sobre suas noções de cidadania, direitos individuais e coletivos. Afinal, como o pânico moral amplamente mobilizado no interior das igrejas se articulou às preocupações cotidianas dessas mulheres? Como e por que a categoria família produziu engajamento político? Entendemos que buscar respostas a perguntas desse tipo poderia ajudar a complexificar as análises sobre a forma como a religião aparece como um elemento organizador da vida social e se mostra um marcador social da diferença que não deve ser desconsiderado (Lindkvist, 2013; Emerson et al, 2015).

Entendemos, ainda, que parte desse esforço exige compreender a religião a partir das práticas cotidianas. Como ressaltado em outro texto

³ Exemplos de ameaças podem ser encontrados aqui: Pastores fazem pressão por voto e ameaçam fiéis com discurso religioso (uol.com.br), aqui A Gazeta | Apoio a Bolsonaro: Igreja Presbiteriana quer afastar fiéis da esquerda | Gazeta Online, aqui Assembleia de Deus apresenta resolução para punir pastores que 'defendam, pratiquem ou apoiem' pautas de esquerda | Eleições 2022 | O Globo e aqui <https://folhagospel.com/congregacao-crista-do-brasil-pre>. Acesso em 23/12/2022

⁴ Disponível em: Os evangélicos que mudaram de igreja por causa do bolsonarismo (uol.com.br). Acesso em 23/12/2022.

⁵ Disponível em: Fiel é baleado por PM durante briga por política em igreja de Goiânia, diz família | Goiás | G1 (globo.com). Acesso em 23/12/2022.

(Reis, 2021), os movimentos produzidos pelos próprios crentes e aquilo que eles dizem sentir, viver e reivindicar devem ser considerados tanto quanto os discursos das lideranças. Estudos que assumem a religião vivida como base das suas análises indicam que priorizar as narrativas institucionais significa reconhecer uma hierarquia entre as formas de viver e apreender a religião que ignora suas contradições e ambivalências (Schielke; Debevec, 2012). Nesse sentido, consideramos que desvelar as formas de viver a religião é fundamental para compreendermos os novos sentidos atribuídos à ideia de ser evangélico e tudo o que vem atrelado a isso.

Para produzir esse exercício analítico é preciso levar a sério a importância da igreja na vida cotidiana dessas mulheres, isto é, compreender o que a igreja oferecia a elas a partir de uma abordagem não funcionalista. Assumir esse lugar, inclusive, nos permitiu entender melhor suas expectativas de futuro e narrativas sobre sonhos, esperanças, e eventualmente, sobre pessimismo também. Procuramos, ainda, compreender o peso dado às chamadas pautas morais, compreendendo-as para além dos debates sobre direitos sexuais e reprodutivos, e a questões relativas à sobrevivência e ao cuidado das famílias para definição do voto. Com isso, tentamos identificar quais os valores-chave para essas mulheres tanto no plano individual quanto no plano comunitário, incluindo o que entendiam por justiça, liberdade, honestidade, dignidade e igualdade. Estendendo para o plano político, exploramos temas como corrupção, condução da pandemia, organização dos três poderes e política institucional.

O conceito de gênero e a legibilidade da política

Introduzimos esse texto apresentando um trecho da fala de Michelle Bolsonaro em um evento de campanha de Jair Bolsonaro à reeleição. Ao pedir para que os presentes olhassem para ela ao invés de olhar seu marido, Michelle se apresentou como mediadora direta para os votos nele. No enquadramento da cena, Bolsonaro não está presente, Michelle

é a protagonista. Vestindo uma camiseta com as cores da bandeira do Brasil, ela se identificou como alguém que poderia ocupar o centro porque conhece a dinâmica do mundo espiritual e a forma como esse mundo subsiste na política. Recorrer a essa cena nos parece pertinente na medida em que permite compreender as relações entre gênero, religião e política, mas também sobre corpos, corporalidades e os processos de elaboração da legibilidade da política.

A primeira noção importante para pensar os processos de elaboração da legibilidade da política é a de margem, uma ferramenta que nos ajuda a pensar o Estado a partir de suas práticas e das capilaridades do poder. Como base conceitual, recorreremos ao trabalho de Veena Das (2011), que pensa as formas como o Estado se apresenta às pessoas, não raramente de forma violenta, ao mesmo tempo em que considera a relação da população com equipamentos que esse mesmo Estado disponibiliza. Estar nas margens, portanto, significa estar em lugares/situações passíveis de pacificação pelos mecanismos de poder. Ao mesmo tempo, é também onde o próprio Estado é reinterpretado e renegociado a partir de condições específicas. Mais do que uma decorrência direta das práticas do Estado, as margens são uma condição sem a qual ele não existiria. Nesse sentido:

“An anthropology of the margins offers a unique perspective to the understanding of the state, not because it captures exotic practices, but because it suggests that in such margins are a necessary entailment of the state, much as the exception is a necessary component of the rule”
(Das, 2011, p. 4)

Para a autora, a centralidade do poder só existe à medida em que sua materialidade é legitimada entre quem ocupa as margens. Para muitos dos fiéis que vivem nas margens, os encontros com o estado (Trouillot, 2001) são, via de regra, marcados pela ilegibilidade de suas leis, pela inacessibilidade de seus benefícios, pelo controle de seus corpos e por variados tipos de violência. A legibilidade da política exigiria, portanto, um esforço contínuo de comunicação, de interação

e de reconhecimento. Trata-se, fundamentalmente, de uma costura de sentidos constituída a partir da margem. Ao centro, caberia o exercício contínuo de tentar capturar elementos que produzem as relações de engajamento e garantem a continuidade e o exercício do poder (Das, 2011; Das e Poole, 2004). Nesse sentido, margem não se configura como um lugar ou um espaço físico, mas diz respeito a uma gramática que compreende desde atos burocráticos a pedagogias que permitem a gestão de uma população que habita um determinado território. Por isso, o conceito é atravessado por uma noção de política como experiência da vida cotidiana, pois, para a compreensão da relação entre poder central e as populações marginalizadas, torna-se substancial refletir acerca das manifestações locais da política como expressões do cotidiano (Das e Poole, 2004).

Desse modo, discorrer sobre política com enfoque nos processos de produção de sua legibilidade exige tensionar a noção de política a partir do conceito de margem, um movimento que considera um olhar sobre a institucionalidade, mas também para as negociações, conflitos, imagens e outros elementos que permitam refletir sobre a construção dos processos de reconhecimento e legitimação. Nesse sentido, falar de política consiste em mapear algumas dessas gramáticas de reconhecimento, e é nesse sentido que gênero, raça e religião surgem como marcadores sociais primordiais. Eles co-constituem os sujeitos, suas existências e experiências no mundo na medida em que modulam regimes de ação, redes de relação, de produção de diferenças e desigualdades. Também são fundamentais como técnica de organização das pessoas em redes nos territórios ao mesmo tempo em que são instrumentos de tradicionalização, produção e reprodução de poder. Em contrapartida, também ajudam a produzir frestas e dobras a partir das quais se torna possível mover-se por entre as engrenagens.

Referências

BIRMAN, Patricia. Mediação feminina e identidades pentecostais. *Cadernos Pagu* (6-7), pp.201-226,1996b.

BIRMAN, Patrícia. Fazer estilo, criando gêneros. *Possessão e diferenças de gênero em terreiros de Umbanda e Candomblé no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1995.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Revista Estudos Feministas* [online]. v. 10, n. 1, pp. 171-188, 2001.

DAS, Veena. O ato de testemunhar: violência, gênero e subjetividade. *Cadernos Pagu* [online], n. 37, pp. 9-41, 2011.

DAS, Veena & POOLE, Deborah. *Anthropology in the Margins of the State*. Introduction. Santa Fé: School of American Research Press, 2004.

LINDKVIST, Linda. *The Politics of Article 18: Religious Liberty in the Universal Declaration of Human Rights*. Published by University of Pennsylvania Press. 2020 DOI: <https://doi.org/10.1353/hum.2013.0023>
MAFRA, Clara; MARIZ, Cecília ; MACHADO, M. D. . Família e Reprodução entre evangélicos. In: Oliveira, R. S.; Carneiro, F.. (Org.). *Corpo: meu bem, meu mal*. Rio de Janeiro: ISER, v. . p. 126-135, 1995

PIERUCCI, Antonio Flavio. *As bases da nova direita*. *Novos Estudos CEBRAP*, nº 19,pp. 26-45, 1987.

REIS, Lúvia. *Ser Universal: crentes engajados e práticas cotidianas na cidade de Maputo*. Rio de Janeiro, Tese de Doutorado, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2018.

MORAES TEIXEIRA, Jacqueline; REIS, Lúvia. MULHERES EVANGÉLICAS PARA ALÉM DO VOTO: NOTAS SOBRE PROCESSOS DE ENGAJAMENTO, POLÍTICA E COTIDIANO. *Debates do NER*, Porto Alegre, p. 11-64, 2023. DOI: 10.22456/1982-8136.130730. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/debatesdoner/article/view/130730>. Acesso em: 22 jan. 2026

TEIXEIRA, Jacqueline; Barbosa, Olívia. *A Mulher e a família: agendas pentecostais na disputa pela gramática dos direitos humanos*. (Syn)thesis: *Cadernos de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro. UERJ. 2022

TEIXEIRA, Jacqueline; Flávia Melo. Melo, No es humo, es fuego! Cruzada anti-gênero y resistencias feministas en Brasil. in: Cristina Vega y Marta Cabezas (Coordinadoras) *In En la/La trinchera patriarcal Neoliberalismo autoritario y nuevas derechas en Europa y las Américas*. Madri, Espanha, Bellaterra editora, 2022.

VITAL DA CUNHA, Christina. *Retórica da perda e os Aliados dos Evangélicos na política brasileira*. In: CARRANZA, Brenda; GUADALUPE, José Luiz Perez (org.). *Novo ativismo político no Brasil: os evangélicos do sec. XXI*, 2020.

**FUNDAMENTALISMOS
POLÍTICO-RELIGIOSOS
E AS AMEAÇAS À
JUSTIÇA DE GÊNERO
FUNDAMENTALISMOS
POLÍTICO-RELIGIOSOS
E AS AMEAÇAS À
JUSTIÇA DE GÊNERO**

MAGALI CUNHA



FUNDAMENTALISMOS POLÍTICO-RELIGIOSOS E AS AMEÇAS À JUSTIÇA DE GÊNERO

Magali Cunha

Os estudos sobre religião e sociedade no século XXI, em distintas áreas do saber, têm sido desafiados pelo fenômeno do apoio de grupos cristãos — tanto católicos quanto evangélicos — a pautas e movimentos políticos de extrema-direita em diversos países. O extremismo de direita é conhecido por sua associação ao nacionalismo exacerbado, à xenofobia, ao racismo, à aversão a imigrantes, à intolerância religiosa e ao anticomunismo. Também se somam nesta lista de características a misoginia, a homofobia, o autoritarismo e o desprezo pelas instituições democráticas. As manifestações contemporâneas desse espectro político, especialmente desde a segunda década dos anos 2000, revelam divisões internas quanto ao grau de afinidade com o neoliberalismo e com o secularismo (LÖWY, 2014).

O cenário político global começou a evidenciar essa tendência com a vitória do referendo do Brexit no Reino Unido, em 2016, que decidiu pela saída deste Estado da União Europeia (DIAMOND, NEDERGAARD e ROSAMOND, 2018). A campanha culminou na criação do Partido Brexit em 2018, posteriormente renomeado Reform UK em 2021. Este contexto encontrou um marco simbólico na eleição de Donald Trump à presidência dos Estados Unidos em 2016. Sua ascensão foi impulsionada por um populismo renovado, fundamentado na proliferação de notícias falsas e desinformação, fenômeno que ecoava os métodos utilizados na campanha do Brexit (LOWNDES, 2017). Embora o extremismo de direita já estivesse presente na política norte-americana ao longo do século XX, foi com a mobilização do Tea Party, facção radical do Partido Republicano

surgida em 2009, que se consolidou a reorganização da extrema-direita no país.

Um aspecto adicional dessa dinâmica é o surgimento de um populismo com forte viés fundamentalista, como demonstrado pelo governo de Viktor Orbán, na Hungria, em exercício desde 2010. Essa tendência se acentuou durante o governo Trump (2017–2020), cuja imagem pública foi deliberadamente vinculada a símbolos religiosos na campanha eleitoral de 2016. Essa associação inaugurou uma nova configuração da extrema-direita, marcada pela fusão com o fundamentalismo cristão e pela incorporação de uma retórica moralista e salvacionista.

As bases político-religiosas adotadas por Trump serviram de inspiração para movimentos semelhantes em outros países. No Brasil, esse modelo foi replicado na campanha de Jair Bolsonaro à Presidência da República, em 2018. Conhecido internacionalmente como o “Trump dos Trópicos”, o ex-capitão do Exército foi o primeiro representante da extrema-direita sul-americana a utilizar o Cristianismo de forma estratégica para ascender e se manter no poder (JAIR BOLSONARO..., 2018). Ambos os líderes fomentaram um reacionarismo cristão autoritário, que passou a pautar o discurso político a partir da oposição aos “inimigos da fé”, tidos também como inimigos da pátria.

Foi nesse cenário que o período da Presidência de Bolsonaro (2019–2022) consolidou no Brasil uma extrema-direita de base cristã. O antropólogo Ronaldo de Almeida, ao analisar esse fenômeno, afirma que não se trata apenas de religião na política, mas de um uso da religião como instrumento político. Em suas palavras: “Em vez de religião na política, devemos falar em religião como política. Mais do que a forma religiosa da política, [...] fazer religião tem sido fazer política” (CUNHA, 2022a).

O vínculo entre religião e política não é algo inédito no Brasil, de acordo com os estudos de Almeida. Porém, o pesquisador salienta que, nas últimas décadas, esse elo tornou-se estrutural, ganhando contornos perigosos diante da radicalização ideológica. A “calcificação perigosa” a que ele se refere está relacionada ao avanço de um movimento político-religioso extremista, conservador e cristão, que passou a ocupar espaço

central nas disputas eleitorais.

É possível afirmar que essa calcificação se intensificou nas eleições presidenciais brasileiras de 2022. Durante o segundo turno, o discurso bolsonarista nas igrejas foi radicalizado e adotou um tom beligerante contra a esquerda, promovendo ataques que extrapolaram o ambiente digital. Foram registrados episódios de agressões a padres e pastores, interrupções de celebrações religiosas e a tentativa de silenciar eventos organizados por cristãos de orientação progressista. Um exemplo que ilustra bem este quadro foi o protesto promovido pelo grupo católico ultraconservador Centro Dom Bosco durante as celebrações de Nossa Senhora Aparecida, em 12 de outubro de 2022, quando o arcebispo foi vaiado durante sua homilia na Basílica.

O período posterior ao resultado das eleições, que deram vitória a Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e a derrota a Jair Bolsonaro, tornou ainda mais visíveis os efeitos desse processo extremista. Parte significativa das lideranças e fiéis evangélicos e católicos reagiu em luto político, buscando explicações teológicas para o “fracasso das profecias” que previam a vitória do “ungido de Deus”, enquanto tentavam manter coeso o rebanho diante da ausência de um representante no poder. Outra parcela desses grupos, mais radicalizada, seguiu mobilizada, interpretando a situação como uma batalha espiritual, com o questionamento do processo eleitoral, o que culminou na tentativa de golpe com a invasão das sedes dos Três Poderes, em 8 de janeiro de 2023. O envolvimento de fiéis de igrejas e de lideranças religiosas nesses atos antidemocráticos revelou o nível de comprometimento político de parte cristãos com a extrema-direita.

Embora o golpe tenha sido impedido pelas instituições democráticas, o terceiro mandato de Lula (2023–2026) tem sido marcado por instabilidade e ataques contínuos por parte da oposição extremista. Essa oposição seguiu se utilizando das mesmas estratégias: desinformação, teorias conspiratórias e exploração do medo, promovidas principalmente por meio das mídias digitais. A retórica continuou calcada no negacionismo e na instrumentalização religiosa cristã, com o uso intenso de memes, vídeos e notícias falsas para influenciar a opinião pública. O retorno de Donald Trump à presidência dos EUA, em janeiro de 2025, com base nas

mesmas práticas, reforça a eficácia dessas táticas e o apelo popular que elas ainda exercem

Da observação desta realidade como um fenômeno presente no continente latino-americano nasceu o projeto de pesquisa “Fundamentalismos, a crise da democracia e a ameaça aos direitos humanos na América do Sul: tendências e desafios para a ação” (CUNHA, 2020), da parte de igrejas e organizações baseadas na fé (OBFs), articuladas por meio do Fórum Ecumênico ACT Aliança Sul-Americano (FESUR). As organizações ligadas ao FESUR identificavam evidentes crises políticas, aprofundamento das desigualdades, redução de espaços para participação da sociedade civil, aumento do assassinato de defensores dos direitos humanos.

A pesquisa, coordenada e realizada pela autora deste texto, no primeiro semestre de 2020, indica uma agenda fundamentalista que se apresenta eficaz na região, com grande capital econômico e político, fruto de seu capital religioso, que tem conseguido obstaculizar direitos sociais conquistados a duras penas pelas populações, confrontar sistemas judiciais nacionais, influenciar e, em alguns casos, desestabilizar democracias.

De lá para cá, depois de cinco anos, os achados da pesquisa permanecem válidos e um elemento se destaca no contexto brasileiro: a consolidação de uma direita cristã, cuja plataforma atinge diretamente, de forma destrutiva, a justiça de gênero. Para tratar este tema, este texto retoma, primeiro, os elementos indicados pela pesquisa do FESUR, de 2020, e descreve o conceito de “fundamentalismos político-religiosos” que a embasou.

Conceituando o termo

Desde a década de 1970, com a revolução iraniana (islâmica), os ataques de 11 de setembro de 2001, e a entrada no século 21, com os novos contornos da relação entre cristãos e política na América Latina, a

noção de “fundamentalismo” foi ressignificada.

A origem do termo “fundamentalismo” remonta à tendência conservadora de um segmento protestante dos Estados Unidos, na virada do século 19 para o 20, enraizado na interpretação literal da Bíblia, classificada como inerrante, em reação à modernidade (encarnada na teologia liberal e no estudo bíblico contextual com mediação das ciências humanas e sociais), em defesa dos fundamentos imutáveis da fé cristã. De lá para cá, a perspectiva fundamentalista foi se transformando, no interior do evangelicalismo mesmo, e ultrapassou as fronteiras da religião. Torna-se uma matriz de pensamento, uma postura, ancorada defesa de determinadas verdades e na imposição dela à sociedade.

É fato que, nas últimas décadas, grupos religiosos e não religiosos surgiram no espaço público, em diferentes contextos do mundo, com ações que podem ser classificadas como «fundamentalistas», caracterizadas como reativas e reacionárias às mudanças sociais. Nesse sentido, observa-se que o fundamentalismo se torna um fenômeno social que ultrapassa a dimensão religiosa, ganha um perfil mais diversificado e adquire caráter político, econômico, ambiental e cultural. Nessas atuações, certos “fundamentos” são escolhidos para persuadir a sociedade, a fim de estabelecer fronteiras e lutar contra “inimigos”, o que frequentemente resulta em um movimento polarizador e separatista, que nega o diálogo, a democracia e estabelece um pensamento único que visa direcionar as ações no espaço público.

O caso mais emblemático no período contemporâneo na América do Sul é o Brasil, por conta da eleição do militar de extrema-direita Jair Bolsonaro à Presidência da República, resultante de um intenso processo reacionário a avanços no campo dos direitos sociais, ambientais, sexuais e reprodutivos. No entanto, observa-se que na Colômbia, no Peru e na Argentina, países também priorizados na iniciativa do FESUR, há processos que denotam situações similares, em períodos bastante próximos, indicando uma espécie de padrão fundamentalista de intervenção nas democracias e nas ações por direitos do continente. Em 2020, com a pandemia de covid-19, este quadro foi agravado e toda esta conjuntura evidenciada.

Identificando a pauta

A pesquisa FESUR oferece várias descobertas (CUNHA, 2020), entre elas, a concepção da configuração de fundamentalismos político-religiosos na América do Sul, conceituando-os, no plural, a partir de uma reconstituição histórica de suas diferentes expressões. Nesse sentido, escapando do uso do termo que denota acusação e rótulo de contrários, o resultado mostra que os fundamentalismos podem ser entendidos como uma visão de mundo, uma interpretação da realidade, com matriz religiosa. Esta visão de mundo é combinada com ações políticas decorrentes dela, para o enfraquecimento dos processos democráticos e dos direitos sexuais, reprodutivos e das comunidades tradicionais, num condicionamento mútuo.

Também se identificou, como descoberta, que a matriz religiosa dos fundamentalismos em avanço não é desenvolvida por evangélicos tão só (do ramo histórico e dos pentecostais) mas também por católico-romanos, que se articulam em uma unidade oportunista em torno de pautas e inimigos comuns.

As pautas fundamentalistas que unem lideranças e segmentos evangélicos e católicos são embasadas na moralidade sexual religiosa e na demonização e na inferiorização de indígenas e afrodescendentes. Elas servem ao sistema econômico neoliberal ao apregoarem a redução de políticas públicas (ação do Estado, portanto), relegando à “família” o cuidado com educação, saúde, trabalho, aposentadoria, e ao facilitarem as conquistas de terras de populações tradicionais pelo agronegócio e por mineradoras. Por isso a classificação “fundamentalismos político-religiosos”. São identificados como inimigos, movimentos sociais, sindicatos, partidos que buscam defender esses direitos e essas populações.

O relato da pesquisa, ouvidos dezenas de ativistas de direitos humanos e especialistas da academia dos quatro países, detalha como tendências fundamentalistas no continente: reação aos direitos sexuais e reprodutivos; o discurso “pró-família”, como um projeto econômico-político; pânico moral e permanente embate com inimigos eleitos, como

alimento do reacionarismo; ameaça a comunidades tradicionais; ações coordenadas pelos distintos grupos; a defesa Estado laico e da liberdade religiosa como “secularização estratégica”; avanço de novos movimentos fundamentalistas dos Estados Unidos na região (formação para políticos, “guerra cultural” e missões entre indígenas).

Ao final, são apresentadas dez possíveis estratégias de resposta, por parte das igrejas e OBFs, a esta realidade dos fundamentalismos político-religiosos exposta. Em meio a tudo isto, o texto ressalta que é necessário considerar seriamente que há uma população para a qual as religiões dão sentido e estruturam a vida. Levar isto em conta é fundamental para se pensar o futuro que bate à porta, em meio a uma pandemia de coronavírus.

Consequência: a formação da direita cristã no Brasil

Embora os evangélicos sejam frequentemente associados à formação da direita cristã no Brasil, a atuação católica nesse campo é bem mais antiga. Antes da visibilidade atual dos evangélicos na defesa de valores conservadores, os católicos já se posicionavam publicamente em favor do conservadorismo religioso e político. Nos estudos do cientista político dinamarquês George Wink é possível identificar que o Catolicismo conservador no Brasil tem raízes centenárias, relacionadas à fundação do Centro Dom Vital em 1922, no Rio de Janeiro (WINK, 2023). Segundo ele, essa instituição tornou-se o núcleo mais relevante do pensamento reacionário católico nacional. Com forte inclinação monarquista, seus membros ajudaram a estabelecer uma vertente ideológica que se mantém até hoje como expressão de uma elite intelectual contrária à secularização e às correntes progressistas.

A origem do conservadorismo católico brasileiro, de acordo com as pesquisas de Wink, tem relação com o Integrisimo, movimento surgido no contexto do Primeiro Concílio Vaticano (1869–1870), como resposta da Igreja Católica às ideias modernistas e liberais que, segundo o Papa Pio IX, ameaçavam a ortodoxia doutrinária. Tais ideias eram vistas como

decorrência do liberalismo difundido pelo Protestantismo.

No Brasil, o Integrismo foi acolhido como uma resposta salvadora (WINK, 2023) diante da onda secularizante associada ao positivismo da Primeira República. A influência dessa corrente pode ser percebida em eventos simbólicos, como a construção do Cristo Redentor (1931) e a participação ativa da Igreja Católica na elaboração da Constituição de 1934. Durante as décadas de 1920 e 1930, houve uma mobilização exitosa de intelectuais integristas para promover a recristianização do país e obtiveram projeção política inédita.

Uma nova articulação de bases integristas surgiu, posteriormente, depois da Segunda Guerra Mundial, com os preparativos para o Concílio Vaticano II (1962–1965): a Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade (TFP), criada em 1960 por Plínio Corrêa de Oliveira. A TFP teve papel relevante durante o regime militar instaurado em 1964. Seus alvos preferenciais eram temas como aborto, divórcio, homossexualidade e o combate ao comunismo. Posteriormente, o grupo deu origem ao Instituto Plínio Corrêa de Oliveira.

A continuidade da tradição conservadora católica após a morte de Plínio Corrêa de Oliveira, em 1995, foi estudada por Victor Gama (2024). O pesquisador observa que houve uma revitalização dessa tendência nos anos 2010 com a atuação do autodenominado filósofo Olavo de Carvalho. O líder católico aprofundou e atualizou o pensamento dos católicos conservadores das décadas anteriores, incorporando ideias como o “marxismo cultural”, que sugere uma adaptação do marxismo clássico voltada à dominação das esferas culturais (GAMA, 2024).

A ampla propagação das ideias de Carvalho só foi possível com o advento das mídias sociais nos anos 2000, reativando antigos grupos conservadores, como o próprio Centro Dom Vital. Nesse contexto surgiram influenciadores midiáticos defensores desse ultraconservadorismo, tanto entre o clero – como o padre Paulo Ricardo, da Arquidiocese de Cuiabá – quanto entre leigos – como Bernardo Küster.

Os estudos de Victor Gama auxiliam na compreensão de que a extrema direita brasileira contemporânea se alimenta de elementos

gestados no interior do Catolicismo conservador. Entre eles está a ideia de se resgatar uma “civilização cristã” e a centralidade de pautas morais, como a oposição ao aborto e ao comunismo.

No campo evangélico, a base ideológica da nova direita cristã do século XXI tem origem no fundamentalismo religioso surgido nos Estados Unidos nos anos 1970 (CUNHA, 2020). Trata-se de uma reconfiguração do evangelicalismo como força política agregadora, cujo ápice foi a consolidação da chamada “Maioria Moral” – a Nova Direita Americana. Esse movimento defendia valores familiares tradicionais, como a rejeição ao aborto e à ampliação de direitos LGBTQIA+, o retorno da oração nas escolas, o ensino do criacionismo, a luta contra o comunismo e uma valorização extrema do capitalismo, da cultura americana e de políticas pró-Israel. Também rejeitava fortemente o Estado de bem-estar social (DIAMOND, 1995).

Esta mobilização ganhou suporte ideológico da Teologia do Domínio, formulada em meio ao fundamentalismo calvinista. Ela propunha que os cristãos assumissem cargos de liderança política e institucional para restaurar uma teocracia moderna, promovendo uma espécie de domínio cristão na esfera pública.

Nos anos 1980, a Maioria Moral ganhou destaque, consolidando sua força nos anos 1990 com a eleição do republicano Ronald Reagan à Presidência daquele país. O domínio do Partido Republicano abriu espaço para os fundamentalistas sempre que o partido assumia o poder, o que teve continuidade nas presidências de George H. W. Bush e George W. Bush, e novo fôlego sob Donald Trump, com seu governo de extrema direita, eleito em 2016.

No Brasil, um movimento similar se desenvolveu entre os evangélicos a partir dos anos 1990, com a resignificação da Teologia do Domínio por lideranças pentecostais empenhadas em alcançar posições de poder. Este processo envolvia a defesa de uma moralidade evangélica superior e a tentativa de moldar o sistema jurídico conforme preceitos bíblicos, especialmente do Antigo Testamento. Já na segunda década dos anos 2000, essas ideias ganharam amplitude com a atuação de pastores,

cantores gospel e outros influenciadores religiosos nas redes sociais.

Esse movimento encontrou ressonância entre setores católicos ultraconservadores. O marco dessa aliança deu-se, em 2014, com a ofensiva contra a inclusão da perspectiva de gênero no Plano Nacional de Educação, articulada por líderes religiosos católicos e evangélicos no Congresso Nacional. A campanha levou à popularização do termo “ideologia de gênero” com forte carga negativa, usada para promover pânico moral e desinformação (CUNHA, 2017). A pressão foi tamanha que resultou na exclusão do tema do PNE, com ações semelhantes sendo replicadas nos planos de educação estaduais e municipais.

O envolvimento de lideranças religiosas cristãs com os movimentos que levaram ao impeachment de Dilma Rousseff, em 2016, e à eleição de Jair Bolsonaro, em 2018 representaram a configuração desta religião política. Um conjunto de episódios marca esta conjunção, entre eles: a fundação da Associação de Juristas Evangélicos (Anajure) e da União dos Juristas Católicos de São Paulo (Ujucasp), em 2012, estabelecendo as bases de um ativismo jurídico cristão; a ocupação da presidência da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara Federal, pelo deputado pastor da Assembleia de Deus Marco Feliciano (então PSC/SP), em 2013; a dimensão messiânica da Operação Lava Jato, sob a liderança do procurador da Igreja Batista Deltan Dallagnol; a consagração da aliança com o deputado federal Jair Bolsonaro, por meio de um rebatismo nas águas do Rio Jordão, em Israel, em 2016, pelo presidente do PSC pastor Everaldo, da Assembleia de Deus, ao recebê-lo no partido.

Emerge uma personagem-chave desta articulação político-religiosa, o militar da reserva Jair Bolsonaro, que é levado à candidatura à Presidência da República, em 2018, com uma surpreendente identidade pancristã, vence o pleito, e se projeta. Seu pancristianismo se manifesta no fato de que o capitão ora se autoidentifica como católico, ora performa uma imagem de evangélico. Desde 2016, o político transitou entre os dois grupos cristãos e acionou fortemente símbolos relacionados às duas tradições confessionais. A aproximação com judeus, com discursos de incondicional defesa do Estado de Israel, na trilha da Maioria Moral estadunidense, também faz parte deste processo.

No contexto dos evangélicos, o amplo apoio a Jair Bolsonaro representou mais do que dar suporte a uma pessoa, mas a concretização de um ideal alimentado desde a chegada dos missionários dos Estados Unidos, no século XIX, que inauguraram a presença do segmento no país. O atual presidente do Brasil, desde a campanha de 2018, passou a representar a encarnação do que seria “uma nação cujo Deus é Senhor” ou o “Brasil do Senhor Jesus”.

Este imaginário tem como principais componentes a busca da conversão de todos os brasileiros à fé evangélica, sobrepondo-se às outras religiões e uma reforma do Catolicismo; da aplicação de valores morais às leis do país; a negação de direitos sexuais e reprodutivos; a cura gay; a realização plena do Brasil como potência econômica mundial. O discurso religioso que alimentou a campanha eleitoral de Bolsonaro e os apoios de evangélicos durante o mandato na Presidência, foi devidamente ancorado neste imaginário.

Um outro componente imaginário evangélico foi amplamente trabalhado na construção da direita cristã e da figura de Bolsonaro: o combate a inimigos. Evangélicos sempre desenvolveram no Brasil a ideia da perseguição como um motor de autoafirmação e autopreservação como minoria religiosa. Além disso há a mística da leitura da perseverança cristã diante da perseguição, como no tempo da Igreja Primitiva, que representa uma virtude religiosa. A proposta de enfrentamento dos inimigos das famílias e da pátria, identificados com as esquerdas e os movimentos feministas, negros e LGBTI+, tem vinculação estreita a esta composição.

Estes elementos ganham novos contornos com o discurso de defesa da “liberdade religiosa” assumido pelo governo de Jair Bolsonaro, como plataforma para as ações antidireitos dos religiosos. Foi disseminado o termo “cristofobia” para caracterizar como perseguição toda legislação e/ou decisão judicial que, cumprindo os protocolos do Estado laico, não permite que um único preceito religioso se transforme em determinação sobre a vida da população em geral. Liberdade religiosa, neste sentido, não é a garantia da existência e da prática das diferentes religiões, com seu culto e costumes respeitados, mas denota que cristãos devem ter a

liberdade de agir sobre e contra outras religiões e culturas e, especialmente, de controlar a sexualidade da população.

O catolicismo ultraconservador, frustrado com a perda de fiéis para as igrejas evangélicas, a partir dos anos 1990, a que atribui à politização da Igreja Católica dos anos 80, com as Comunidades Eclesiais de Base, “padres e bispos vermelhos” da Teologia da Liberação, é parte deste cenário. Ele se vê também representado no discurso da moralidade sexual, da liberdade religiosa e da realização do Brasil como potência econômica mundial. Da parte destes católicos, a aliança com Bolsonaro representa uma reaproximação do poder, uma vez que este grupo religioso esteve sempre próximo dele, desde a colonização portuguesa, mas perdeu influência nas últimas décadas.

Com isso, observa-se neste período uma convergência de propósitos entre católicos e evangélicos no apoio a Bolsonaro, na conformação desta direita religiosa ancorada na plataforma ideológica do político.

Bolsonaro correspondeu a estas expectativas ao nomear, ao longo do seu mandato, nove evangélicos e católicos para ministérios significativos, entre eles a chamada ala ideológica de seu gabinete: Casa Civil, Educação, Direitos Humanos, Justiça, também Turismo, Cidadania, Advocacia Geral da União, Secretaria de Governo. Na segunda metade do governo, o presidente chegou a ressuscitar ministérios que extinguiu para acomodar algumas destas personagens: Comunicações e Trabalho e Previdência. Isto sem contabilizarmos o segundo escalão destes e de outros ministérios.

Aqui se pode falar de conquista de capital social, simbólico, político e financeiro de lideranças e grupos evangélicos e católicos apoiadores. São muitos os grupos beneficiados – desde empresas de mídia religiosa a projetos de assistência social e missionários gerenciados por vários grupos cristãos. Pode-se falar também de aguçamento da autoestima evangélica, em especial, com a divulgação de eventos públicos de caráter religioso promovidos por ministros e pela “primeira-dama” que é evangélica, motivo de orgulho, algo com proporções nunca praticadas com promoção do Estado.

Em 2022, o trabalho pela reeleição de Bolsonaro para ampliação da força desta religião política foi intenso e lançou mão de discursos e posturas radicalizados, relacionados ao ultraconservadorismo da extrema-direita, sistematizados a seguir (CUNHA, 2022b):

1

Instrumentalização bíblico-teológica para justificar os sinais de Deus em um líder escolhido, o presidente da República Jair Bolsonaro, que, ainda que tenha discurso e comportamento moral questionáveis, pode ser ungido e usado por Deus, como foi o rei Ciro, da Pérsia (que, segundo a narrativa da Bíblia, livrou os judeus do exílio na dominação persa e lhes devolveu à terra santa).

2

Inversão dos valores do Evangelho como igualdade, solidariedade, misericórdia e despojamento, classificando-os como sinônimo de comunismo, para, desta forma, afinar a religião política à cultura do individualismo e à lógica neoliberal da inovação e do empreendedorismo.

3

Ênfase no discurso nós versus eles, do enfrentamento de inimigos e do senso de pertença a um grupo eleito, povo escolhido que tem autoridade divina para combater e eliminar inimigos da fé. A expressão-chave deste fazer religioso-político é “anti”, se colocar contra, com negação de qualquer tipo de reflexão e diálogo que justifique “o outro lado”.

4

Defesa radical das pautas pró-vida e pró-família como oposição aos direitos sexuais e reprodutivos conquistados no ambiente do Estado democrático. Para isto, há imposição de pânico moral e uso de desinformação sobre a ameaça da suposta “ideologia de gênero”, em especial sobre crianças, adolescentes, via educação sexual nas escolas.

5

Assimilação do discurso armamentista e da linguagem da autodefesa e da vingança com interpretação ideológica da Bíblia para ajustar o discurso religioso da pacificação à retórica bélica.

6

Guerra cultural contra o perigo comunista/socialista/marxista identificado em inimigos da pátria, da família, de Deus e das igrejas, interpretados como entrincheirados em partidos políticos de esquerda, em movimentos sociais e de direitos humanos, em sindicatos, entre professores e professoras em todos os níveis educacionais e na ciência em suas diferentes dimensões. Esta guerra passa a ser aplicada dentro das próprias igrejas com ações de discriminação, exclusão, expurgos e perseguições a fiéis das igrejas e demais grupos religiosos identificados como não-alinhados, que revelam simpatia ou ativismo progressista, de esquerda, por direitos humanos. Para isso se constrói uma noção de pecado e interdição ao alinhamento progressista que torna possível a desqualificação da fé destes opositores bem como permite a intimidação e o assédio que lhes são impostos.

7

Intensa ocupação das mídias sociais com a produção ostensiva de conteúdo comprovadamente falso e enganoso com base em terrorismo verbal (imposição de medo) referentes às ameaças daqueles que são compreendidos como inimigos da pátria, da família, de Deus, com forte ênfase ao perigo do fechamento de igrejas e do silenciamento dos cristãos sob uma possível vitória das esquerdas nas urnas.

8

Ocupação das mídias religiosas institucionais e independentes para propagação deste conteúdo religioso-político e repercussão da desinformação publicada por perfis de influenciadores cristãos em mídias sociais.

Ameaças à justiça de gênero

A pesquisa FESUR (CUNHA, 2020) identificou as seguintes ameaças à justiça de gênero decorrentes das pautas fundamentalistas desenvolvidas no interior de grupos cristãos e por políticos com identidade

religiosa cristã:

A reação sobre os direitos sexuais e reprodutivos

Observa-se nos países pesquisados, uma oposição às políticas relacionadas aos direitos de gênero, particularmente aquelas relacionadas ao aborto e à diversidade sexual. A negação de direitos às mulheres e à população LGBTIQ+ é algo antigo como fenômeno, mas a novidade está na necessidade de reagir a ações e estratégias de longo alcance, com guerra discursiva e surgimento de grupos chamados “pró-vida”.

Como estratégia, dissemina-se o termo “ideologia de gênero”, para gerar o abjeto, produzir rejeição, pânico moral. Ao seu redor, através dos canais políticos, percebe-se a matriz religiosa atuando na questão da educação sexual que causaria “perversão dos filhos” com o mote “vamos salvar os nossos filhos!”

Existem casos na região em que governos têm respondido às demandas desses movimentos, e lideranças políticas que compartilham suas ideias estão ocupando os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, implementando ações para que as expectativas desses projetos reacionários sejam atendidas.

O discurso “pró-família” como projeto político-econômico

A questão da defesa da família heterossexual tradicional se revela como a “ponta do iceberg” de todo um projeto econômico-político mais amplo: manter as coisas como estão, o status quo, a ordem patriarcal. A questão de gênero é fundamental para os fundamentalismos porque está ligada a diferentes áreas estruturantes da vida e do conhecimento: sexualidade, saúde, economia, cultura.

De acordo com essa lógica, a família atua como uma rede de segurança, um repositório de disciplina e uma estrutura de autoridade. A

família é considerada uma forte barreira aos excessos da democracia e às demandas das minorias sociais. Desse modo, fica claro que um dos focos desses fundamentalismos é a destruição de tudo o que alude à justiça social.

Isso é fruto de uma moral ressentida, reveladora de frustrações e da tentativa de retomada do que um dia vigorou pautado pela chave da religiosidade. É um ressentimento branco e masculino, de indivíduos e grupos que se sentem fragilizados por elementos produzidos pela democracia, pela ascensão da visibilidade de mulheres e LGBTQ + nas ações pelos direitos de gênero, por serem confrontados quando denunciam posições sexistas, homofóbico ou racista.

É por isso que os discursos pró-família e anti-gênero, observados nos casos que motivaram a pesquisa, atuam por meio de duas frentes: Educação e Direito (Poder Judiciário).

A presença do mercado na estruturação da vida social (e não mais na religião ou no Estado) gerou um fenômeno não condicionado pela religião, mas fundamentalmente religioso. A conhecida Teologia da Prosperidade e seus derivados são a tradução teológica desta religião.

Devido ao fracasso das políticas neoliberais e às crises econômicas em todo o mundo, surge o apelo à defesa da família para tornar mais digeríveis o discurso neoliberal e suas práticas. Na defesa da família está envolvida a ideia da produção privada - a família é a encarregada da educação dos filhos, dos idosos e dos enfermos, que garante a sobrevivência, o que denota a irrelevância das políticas públicas de educação, saúde, direitos trabalhistas.

Pânico moral e confronto permanente com os inimigos

A construção dessas bases e a adesão a elas se realizam por meio do pânico moral, da retórica do medo para gerar insegurança e promover afeto. No contexto dos quatro países observados nesta pesquisa, desenvolveu-se um pânico moral em torno da “defesa da família”

e dos filhos das famílias, como núcleos da sociedade que estariam em risco graças à agenda da igualdade, direitos sexuais. Para isso, conteúdo desinformativo foi fartamente desenvolvido e propagado em mídias sociais. Há também a disseminação de discursos de ódio contra movimentos sociais e diretamente contra ativistas.

Ações de grupos fundamentalistas são coordenadas

De acordo com as formas de atuação dos grupos fundamentalistas, identifica-se a formação de alianças de movimentos no continente, com campanhas e ações semelhantes e coordenadas que implicam na ocupação das redes sociais e das ruas. O movimento “Con Mis Hijos No Te Metas” é um exemplo de como essas coalizões estabelecem articulações em nível regional, tendo começado no Peru e se expandido para Argentina, Chile, Equador, Paraguai, México e Uruguai, com as mesmas palavras de ordem e a mesma estética. Movimento similar no Brasil foi denominado “Escola Sem Partido”.

Em outra frente, estão os atores e redes anti-gênero que atuam de forma articulada no âmbito regional, especialmente nos espaços da Organização dos Estados Americanos (OEA) e na Comissão Interamericana de Direitos Humanos. Isso é classificado como uma “secularização estratégica” (adoção de uma retórica secular para diminuir o grau de dogmatismo), que possibilitou que as forças anti-gênero ligadas às igrejas cristãs ampliassem suas vozes e camuflassem suas motivações religiosas de ação.

O discurso assumido pelos atores e redes nas plataformas internacionais, que assumem a forma de ONGs e se fundamentam na ciência e nos direitos humanos, permitiu-lhes ocupar um amplo espaço antes destinado exclusivamente a atores seculares e Estados. Esses grupos têm dado destaque às mulheres e jovens.

Apropriação das questões do Estado laico e da liberdade religiosa

É comum entre grupos de ativistas, políticos e acadêmicos críticos ao avanço das expressões fundamentalistas na América Latina colocarem sob ameaça a laicidade do Estado, com essas ações em curso.

Com as características dos fundamentalismos que se expressaram na região nas últimas décadas, percebe-se que, apesar de serem vistos pela crítica como uma ameaça ao Estado laico, esses grupos não o negam. Ao contrário, redefiniram a noção de laicidade do Estado e a agenda dos direitos individuais e humanos e avançam em suas ações a partir do Estado laico e da liberdade religiosa que o caracteriza.

O argumento é que o Estado laico não é um Estado ateu, e que os cristãos são cidadãos e têm o direito de agir política e socialmente de acordo com sua natureza, que é cristã.

Isso está relacionado com a “secularização estratégica”, que permite que as forças fundamentalistas anti-direitos ampliem e diversifiquem suas vozes e eliminem as tensões inter-religiosas.

O novo discurso está ancorado na ciência e nos direitos humanos e em suas plataformas internacionais, o que permite a esses grupos disputar um espaço mais amplo com atores laicos e estados laicos. A atuação de grupos fundamentalistas nos espaços da OEA reflete isso. Os discursos e argumentos que apresentam baseiam-se em uma interpretação restritiva dos instrumentos internacionais de direitos humanos, embora os levem em consideração. Muitos recorrem à “lei natural” para promover uma nova abordagem aos direitos humanos.

Há novos movimentos fundamentalistas dos Estados Unidos atuando na América do Sul

Com a onda conservadora dos anos 2010 observada nos países investigados, neste momento novas articulações fundamentalistas originadas dos EUA vão se tornando evidentes, surgindo como soldados

de uma “guerra cultural” ou uma guerra contra o “marxismo cultural”, termos que passaram a ser amplamente utilizados por lideranças religiosas e políticas conservadoras, no debate sobre diretrizes como educação e direitos sexuais.

A Teologia do Domínio dos fundamentalistas reconstrucionistas se manifesta por meio de movimentos como “Con Mis Hijos No Te Metas” e o projeto Escola sem Partido, somados às propostas de homeschooling do governo brasileiro. Também por meio dos “Ministérios do Capitólio” [Capitol Ministries], com o apoio da administração Trump, criou o “discipulado de estudos bíblicos para líderes políticos”. Na América Latina, foram abertos escritórios no Brasil, Costa Rica, Equador, Honduras, México, Paraguai, Peru, Uruguai, sob a direção do diretor global para a América Latina Oscar Zamora, ativo desde 2017, em conjunto com coordenadores locais indicados.

O fundamentalismo reformista também encontrou bases na América do Sul em grupos que trabalham a partir da produção artística, da literatura, da intelligentsia, com base no discurso religioso. Forte objetivo é a formação de jovens com o Instituto L’Abri no Brasil, movimento cultural gospel que representa um importante veículo da ideologia reformista com a pregação religiosa e vários cantores e grupos musicais geram seus espaços de ensino religioso. O mais recente movimento cultural dos Estados Unidos que atingiu a América do Sul é “The Send”, cujo objetivo consiste em estudantes de universidades e faculdades ou escolas, ambas consideradas campos missionários, como dois outros, o de famílias e nações. O projeto conta com o apoio de outras organizações fundamentalistas dos Estados Unidos.

Sobre as estratégias possíveis

A análise das entrevistas com especialistas e grupos focais e das entrevistas em grupo com ativistas de direitos humanos oferece reflexões, descreve experiências e possíveis estratégias de resposta a esta realidade de fundamentalismos político-religiosos expostos no relatório da pesquisa. No que diz respeito a gênero, as OBFs precisam reconhecer que não adotam políticas de justiça de gênero como deveriam, e, por

vezes concordam com visões de mundo conservadoras sobre o papel da mulher, reforçando assim as desigualdades de gênero.

É necessário também retomar a formação da consciência crítica, com programas de educação popular e de comunicação alternativa. Nesse sentido, importa aprender a ouvir pessoas nas suas bases e trabalhar a memória e a história de grupos religiosos e movimentos sociais e seus efeitos no presente.

Nessa formação, é preciso dar visibilidade à economia refletida a partir da visão feminista, a economia solidária, e desnudar o campo conservador e fundamentalismos: o que são e o que fazem como funciona sua máquina, sua história, seus grupos desenvolvidos, suas alianças e financiamentos.

Identificar com quem se pode dialogar para construir um campo alternativo e com quem não há diálogo. Com isso, contribuir para a superação de uma visão restrita sobre o lugar da religião nas culturas e no cotidiano, com a criação de canais de diálogo com pessoas que atuam pela justiça de gênero dentro e fora dos espaços religiosos a fim de se estabelecer parcerias e ações estratégicas educativo-formativas e no âmbito da política institucional.

Referências

CUNHA, Magali. Religião e eleições: observações, incertezas, elucidações. *Religião e Poder*, 2 dez, 2022a. Disponível em: <https://religioepoder.org.br/artigo/religiao-e-eleicoes-observacoes-incertezas-e-elucidacoes/>

CUNHA, Magali. A consolidação da direita cristã. *Le Monde Diplomatique*, 4 nov 2022b. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/a-consolidacao-da-direita-crista/>

CUNHA, Magali N. *Evangélicos na política brasileira*. São Paulo: Almedina, 2022c. Coleção My News Explica

CUNHA, Magali N. *Fundamentalismos, crise da democracia e ameaça aos direitos humanos na América do Sul: tendências e desafios para a ação*. Salvador: Koinonia, 2020. Disponível em: < <https://kn.org.br/wp-content/uploads/2020/10/FundamentalismosPT-1.pdf>>.

CUNHA, Magali do Nascimento. Construções Imaginárias sobre a Categoria "Gênero" no Contexto do Conservadorismo Político Religioso no Brasil dos anos 2010. *Perspectiva Teológica*, v. 49, n. 2, p. 253, 2017. Disponível em: <https://www.faje.edu.br/periodicos/index.php/perspectiva/article/view/3752>.

DIAMOND, Patrick, NEDERGAARD, Peter, ROSAMON, Ben. *The Routledge Handbook of the Politics of Brexit*. Abingdon, New York: Routledge. 2018.

DIAMOND, Sara. *Roads to Dominion: Right-wing Movements and Political Power in the United States*. Guilford Press, 1995.

GAMA Victor Corrêa. *Direitas católicas no Brasil: um projeto de longa duração*. *Religião e Poder*, 7 mar 2024. Disponível em: <https://religioepoder.org.br/artigo/o-ativismo-juridico-catolico-no-brasil-parte-2-direitas-catolicas-no-brasil-um-projeto-de-longa-duracao/>

JAIR BOLSONARO: Brazil's firebrand leader dubbed the Trump of the Tropics. *BBC News*, 31 dez 2018. <https://www.bbc.com/news/world-latin-america-45746013>

LOWNDES, Joseph. 2017. "Populism in the United States". In: KALTWASSER, Cristóbal Rovira et. Al (Eds.). *The Oxford Handbook of Populism*. New York: Oxford University Press, 2017. p. 232-247.

LÖWY, Michel. *Dez teses sobre a ascensão da extrema direita europeia*. Folha de S. Paulo (Ilustríssima), 15 Jun. 2014. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrissima/171148-dez-teses-sobre-a-ascensao-da-extrema-direita-europeia.shtml>.

MISKOLCI, Raphael. *Pânicos morais e controle social – reflexões sobre o casamento gay*. *Cadernos Pagu*, n. 28, p. 101-128, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/cpa/n28/06.pdf> .

MOCHEL, Lorena. *Ideologia de Gênero*. *Religião e Poder*, 14 jan 2022. Disponível em: <https://religioepoder.org.br/artigo/ideologia-de-genero>

REIS, Livia et al. *Religião e Voto: uma fotografia das candidaturas com identidade religiosa nas Eleições 2020*. Rio de Janeiro: ISER, 2022. Disponível em https://iser.org.br/wp-content/uploads/2022/05/religiao_voto_parte_01.pdf

SOUZA, Andrea Silveira. *Escola sem partido*. *Religião e Poder*, 19 set 2022. Disponível em: <https://religioepoder.org.br/artigo/escola-sem-partido>

WINK, Georg. *Angels at the Top, Rocks at the Bottom: Naturalized Inequality in Brazilian Conservative Thought*. *Social Sciences*, 12: 692, 2023. Disponível em: <https://www.mdpi.com/2076-0760/12/12/692>

06

**ASCENSÃO
DA BANCADA
EVANGÉLICA
NAS INSTITUIÇÕES
DE ESTADO**

NEURIBERG DIAS



ASCENSÃO DA BANCADA EVANGÉLICA NAS INSTITUIÇÕES DE ESTADO

Neuriberg Dias¹

O debate sobre o papel dos setores fundamentalistas cristãos na corrosão da democracia brasileira exige atenção especial ao crescimento acelerado do campo evangélico nas últimas décadas e à forma como parte expressiva desse segmento passou a atuar de maneira organizada no espaço político-institucional. De acordo com dados do IBGE, a população evangélica no Brasil saltou de cerca de 6,6% em 1980 para mais de 31% nas estimativas mais recentes, com projeções indicando que esse grupo pode se tornar majoritário nas próximas décadas. Esse crescimento não se deu apenas no plano religioso, mas foi acompanhado por uma estratégia deliberada de ocupação de espaços de poder, especialmente no Legislativo, nos meios de comunicação e na formulação de políticas públicas.

A partir dos anos 1990, e com maior intensidade a partir da década de 2010, setores evangélicos — em especial os de orientação fundamentalista e neopentecostal — passaram a construir uma atuação política estruturada, baseada na formação de bancadas parlamentares, na mobilização eleitoral de fiéis e na produção de um discurso moral que associa valores religiosos a projetos de poder. A chamada “bancada evangélica”, hoje uma das mais organizadas do Congresso Nacional, atua de forma transversal a partidos, articulando pautas comuns que frequentemente confrontam princípios constitucionais como a laicidade do Estado, os direitos humanos e a igualdade de gênero.

A composição dessa bancada no Congresso tem mostrado

¹ (Jornalista, Analista Político e Diretor de Documentação do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar - DIAP)

um crescimento impressionante. Na 49ª legislatura (1991–1995), a bancada evangélica era composta por apenas 1 deputado. No entanto, nas legislaturas seguintes, a bancada foi crescendo consideravelmente: 5 deputados na 50ª legislatura (1995–1999), 11 deputados na 51ª (1999–2003), e 19 (18 deputados e 1 senador) na 52ª (2003–2007). O verdadeiro salto aconteceu entre as 53ª e 54ª legislaturas, quando a bancada subiu de 18 para 70 deputados, além de incluir senadores. Esse crescimento coincide com a expansão de megacorporações evangélicas, a aliança com o empresariado antipetista e uma reconfiguração da lógica eleitoral por meio das igrejas, o que resultou em uma forte capilaridade territorial.

Nas 55ª (2015–2019) e 56ª (2019–2023) legislaturas, a bancada consolidou-se com 57 deputados na 55ª e 85 na 56ª, além de contar com 7 senadores. Em 2023–2027, a bancada manteve um número expressivo de 73 deputados e 12 senadores, um patamar inédito. Esse aumento está relacionado ao alinhamento com a extrema-direita e sua articulação com setores como agronegócio, armas, mineração e redes de desinformação religiosas.

Esse processo reflete uma transformação no papel da religião na política brasileira, onde a fé deixa de ser apenas um elemento de identidade cultural ou espiritual e passa a ser usada como ferramenta de legitimação política. O discurso fundamentalista constrói narrativas que opõem “valores cristãos” a direitos civis, apresentando demandas democráticas — como a ampliação dos direitos das mulheres, da população LGBTQIA+ e das minorias — como ameaças à família, à moral e à ordem social. Essa lógica contribui diretamente para a corrosão democrática ao restringir o pluralismo, enfraquecer o debate público racional e transformar diferenças políticas em disputas morais absolutas, nas quais o adversário é tratado como inimigo ou alguém a ser moralmente eliminado do espaço público.

Os impactos desse processo recaem de maneira particularmente intensa sobre a vida e os direitos das mulheres. A atuação dos setores fundamentalistas cristãos tem sido central na obstrução de avanços em políticas de saúde reprodutiva, na criminalização do aborto, mesmo nos casos já previstos em lei, na resistência à educação sexual nas escolas e

na tentativa de esvaziar políticas de enfrentamento à violência de gênero. Ao defender uma visão rígida e hierarquizada dos papéis sociais, esses grupos reforçam a ideia de que o lugar da mulher está subordinado à autoridade masculina, seja no âmbito familiar, religioso ou político.

Além disso, a retórica moralizante frequentemente culpabiliza as próprias mulheres por situações de violência, gravidez indesejada ou exclusão social, deslocando o foco das responsabilidades do Estado e das estruturas de desigualdade. Ao mesmo tempo, lideranças religiosas com forte inserção política exercem influência direta sobre a formulação de leis e políticas públicas, muitas vezes sem mediação democrática efetiva, utilizando sua autoridade religiosa como capital político. Isso cria um cenário em que decisões que afetam milhões de mulheres são tomadas a partir de dogmas religiosos particulares, e não de princípios universais de direitos e cidadania.

Esse processo revela uma tensão estrutural entre democracia e fundamentalismo. Enquanto a democracia pressupõe diversidade, dissenso e reconhecimento de direitos individuais, o fundamentalismo opera a partir da ideia de verdade única, inegociável e superior ao ordenamento jurídico. Quando essa lógica se infiltra no Estado, o resultado é o enfraquecimento das instituições democráticas e a normalização de retrocessos civilizatórios, especialmente no campo dos direitos das mulheres como temos visto inúmeras tentativas na atual legislatura.

Assim, compreender o crescimento dos evangélicos no Brasil não pode se limitar à análise demográfica. É fundamental examinar como determinados setores desse campo religioso têm instrumentalizado a fé para construir projetos de poder que tensionam a democracia e produzem efeitos concretos na sociedade. O desafio que se coloca à sociedade brasileira é o de afirmar a laicidade do Estado, proteger o pluralismo democrático e garantir que direitos conquistados não sejam subordinados a agendas religiosas excludentes, reafirmando que a democracia só se sustenta quando é capaz de assegurar liberdade, igualdade e dignidade para todas e todos.

07

**ESTADO LAICO
SOB ATAQUE:
RELIGIÃO, POLÍTICA
E A CORROSÃO
DA DEMOCRACIA
BRASILEIRA**

REGINETE SOUZA BISPO



ESTADO LAICO SOB ATAQUE: RELIGIÃO, POLÍTICA E A CORROSÃO DA DEMOCRACIA BRASILEIRA

Reginete Souza Bispo¹

O Estado laico é aquele que não adota, impõe, financia ou privilegia nenhuma religião, garantindo que todas tenham igual liberdade de existência, prática e expressão. Isso significa que o Estado se mantém institucionalmente neutro diante das crenças religiosas, assegurando que políticas públicas, leis, decisões de governo e atendimento aos direitos fundamentais não sejam subordinadas a doutrinas religiosas, mas orientados pelos princípios democráticos, pela Constituição e pelos direitos universais.

No Estado laico:

O Estado protege a liberdade religiosa, permitindo que cada pessoa creia, não creia ou mude de crença.

O Estado não interfere na organização interna das religiões. As religiões não podem interferir na condução do Estado, nem impor seus dogmas ao conjunto da sociedade. A esfera pública é guiada pelo interesse comum, e não por mandamentos religiosos.

Assim, a laicidade é um pressuposto da democracia, pois garante que nenhum grupo religioso controle o poder político e que os direitos de todas as pessoas, especialmente mulheres, população LGBTQIA+, povos de terreiro e minorias religiosas, não sejam violados em nome de crenças particulares.

A laicidade do Estado constitui um dos pilares normativos da democracia moderna. Para Norberto Bobbio, a separação entre Estado

¹ Cientista Social, Deputada Federal – PT/RS (licenciada), feminista antirracista e defensora dos Direitos Humanos.

e religião é condição necessária para a universalização dos direitos, uma vez que impede que dogmas particulares se convertam em normas obrigatórias para toda a coletividade. A neutralidade estatal diante das crenças não significa hostilidade em relação à religião, mas sim a criação de um espaço público regido por princípios racionais, jurídicos e democráticos, capazes de garantir igualdade e pluralidade.

No contexto brasileiro, essa compreensão dialoga diretamente com as análises de Marilena Chaui, que identifica na laicidade a ruptura histórica com a teologia política. Segundo a autora, a democracia pressupõe que o poder público seja orientado pelo interesse comum e pela soberania popular, e não por mandamentos religiosos. A captura das instituições por grupos religiosos, particularmente quando se organizam para legislar segundo suas doutrinas, representa uma ameaça estrutural à ordem democrática e aos direitos fundamentais.

Essa dimensão torna-se ainda mais complexa quando situada no marco do racismo estrutural e do patriarcado, como analisa Sueli Carneiro em *Racismo, Sexismo e Desigualdade no Brasil*. A autora demonstra que o Estado brasileiro, mesmo constitucionalmente laico, opera de modo racializado e generificado, reforçando hierarquias históricas. A ausência plena de laicidade não é neutra: ela recai de forma desproporcional sobre os corpos das mulheres negras, que sofrem a sobreposição de violências de raça, gênero e classe. Carneiro evidencia que, quando normas religiosas moldam políticas públicas, a autonomia das mulheres, especialmente as negras, é restringida, e suas vidas tornam-se alvo de controle moral e institucional.

Outro autor central para compreender essa articulação entre laicidade, democracia e desigualdades é Edson Cardoso, jornalista, intelectual negro e referência no pensamento antirracista contemporâneo. Cardoso critica a tendência histórica do Estado brasileiro de nomear a igualdade enquanto, na prática, mantém estruturas racializadas que privilegiam a branquitude. Sua reflexão sobre o “não lugar” das populações negras no pacto democrático revela como a fragilidade da laicidade contribui para legitimar a violência religiosa contra povos de terreiro, reforçar estigmas raciais e alimentar a naturalização da desigualdade. Para Cardoso, a

defesa do Estado laico é também uma defesa da democracia racialmente inclusiva, cuja ausência explica as persistentes violações aos direitos das mulheres negras e à liberdade religiosa afro-brasileira.

A Constituição Federal de 1988 estabelece bases claras para a laicidade e a liberdade religiosa. O art. 5º (incisos VI, VII e VIII) garante a liberdade de crença, assegura a proteção aos locais de culto e ritual e proíbe que alguém seja privado de direitos por motivo de convicção religiosa. O art. 19, I, por sua vez, veda expressamente que o Estado estabeleça cultos religiosos ou mantenha relações de dependência ou aliança com instituições religiosas. Ainda assim, o avanço de pautas fundamentalistas no Legislativo tem tensionado esses limites constitucionais.

Nas últimas duas décadas, a atuação da Frente Parlamentar Evangélica e de outros grupos religiosos organizados ampliou a influência de dogmas religiosos sobre processos legislativos, sobretudo no campo dos direitos das mulheres e das crianças. O caso mais emblemático é o PL 1904/2024, conhecido como “PL do estuprador”, que busca criminalizar meninas, mulheres e profissionais de saúde nas situações de aborto já autorizadas pela legislação penal brasileira. A proposta, ancorada em argumentos estritamente religiosos e moralizantes, subverte o princípio da laicidade e desconsidera evidências científicas, marcos internacionais de direitos humanos e a proteção contra violências de gênero e sexuais. Sua aplicação afetaria de modo particularmente grave meninas e mulheres negras, que compõem a maioria das vítimas de estupro no Brasil.

Além desse projeto, há outras iniciativas legislativas que reforçam a ofensiva contra a laicidade e contra direitos fundamentais: projetos que censuram discussões de gênero e antirracismo nas escolas; tentativas de restringir a distribuição de contraceptivos e métodos de prevenção; medidas que ampliam a vigilância moral sobre profissionais da saúde; e proposições que implicam retrocessos no debate sobre liberdade religiosa, reforçando a criminalização simbólica e material das religiões de matriz africana. Esses movimentos revelam uma estratégia de poder que se vale da estrutura estatal para impor um modelo religioso hegemônico, violando diretamente a pluralidade da sociedade brasileira.

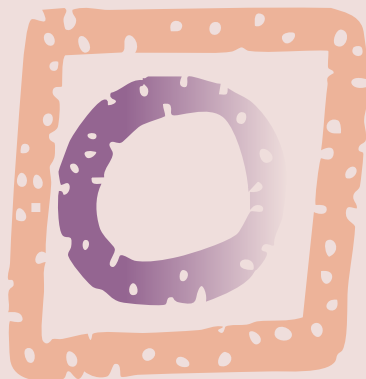
Para mulheres negras, esses ataques significam a ampliação de um quadro já marcado pela violência estrutural. Elas são as mais afetadas pela mortalidade materna, pelo aborto inseguro, pela violência obstétrica e sexual, pela precarização do trabalho e pela insegurança econômica. Quando o Estado abandona a laicidade, ele reforça essas desigualdades ao produzir políticas públicas baseadas em moralismos e não em direitos. Como destacam Sueli Carneiro e Edson Cardoso, a democracia brasileira continuará incompleta enquanto persistir a captura religiosa do Estado, o racismo institucional e a exclusão das mulheres negras das esferas de decisão e proteção pública.

Nesse sentido, a defesa da laicidade do Estado brasileiro deve ser compreendida como parte integrante de uma agenda feminista, antirracista e democrática. Ela implica o compromisso com políticas baseadas em evidências, com a proteção da infância contra violências, com a autonomia corporal das mulheres, com o combate à intolerância religiosa, especialmente contra terreiros, e com a garantia de que nenhum religioso detenha poder para legislar sobre todos. A laicidade é, portanto, um instrumento de justiça social e de redistribuição simbólica do poder.

Consolidar o Estado laico no Brasil exige fortalecer a Constituição, ampliar o controle social sobre o processo legislativo, denunciar retrocessos, proteger direitos reprodutivos e assegurar que as vivências das mulheres negras orientem a formulação de políticas públicas. Somente assim será possível construir uma democracia em que a vida, a dignidade e a liberdade de todas as pessoas sejam plenamente respeitadas.

Referências

- BOBBIO, Norberto. A era dos direitos. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília: Senado Federal, 1988.
- CARDOSO, Edson. Movimento Negro: antirracismo e cidadania. Brasília: INESC, 2010.
- CARNEIRO, Sueli. Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil. São Paulo: Selo Negro, 2011.
- CHAU, Marilena. Cidadania e cultura. São Paulo: Moderna, 2006.
- FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2024. São Paulo: FBSP, 2024.
- IPEA; FBSP. Atlas da Violência 2023. Brasília: IPEA, 2023.
- MINISTÉRIO DA SAÚDE. Síntese de Indicadores de Saúde – Mortalidade Materna e Violência Obstétrica. Brasília: MS, 2023.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. A difícil democracia. São Paulo: Boitempo, 2016.



**A HISTÓRICA
PERMEABILIDADE DA
RELIGIÃO NA POLÍTICA
NO BRASIL E O ÓDIO
ÀS MULHERES**

ROMI M. BENCKE



A HISTÓRICA PERMEABILIDADE DA RELIGIÃO NA POLÍTICA NO BRASIL E O ÓDIO ÀS MULHERES

Romi M. Bencke¹

A relação entre religião e política no Brasil sempre foi marcada por elevada permeabilidade. Desde o período colonial até a contemporaneidade, instituições religiosas atuam como agentes relevantes na conformação de valores morais, na organização da sociedade civil e na disputa por influência sobre políticas públicas. Embora essa presença não seja nova, nas últimas décadas ela assume formas renovadas, mais explícitas e institucionalizadas, revelando a capacidade adaptativa das organizações religiosas diante das transformações do campo político.

Nesse contexto, em 22 de outubro de 2025, o Congresso Nacional aprovou o regime de urgência para o projeto que cria a Bancada Cristã na Câmara dos Deputados, iniciativa apresentada conjuntamente pelas Frentes Parlamentares Evangélica e Católica Apostólica Romana. O pedido foi aprovado por 398 votos favoráveis e 30 contrários. Caso a proposta seja aprovada, a Bancada Cristã passará a ter direito a voz e voto no Colégio de Líderes, além de outras prerrogativas institucionais relevantes, como a influência direta sobre a definição da agenda legislativa.

Dois argumentos principais foram mobilizados para justificar a criação da Bancada. O primeiro sustenta que aproximadamente 80% da população brasileira se declara cristã. O segundo invoca a garantia constitucional da liberdade de manifestação da fé. Nenhum desses argumentos, contudo, é suficientemente consistente para fundamentar a institucionalização de uma bancada religiosa com poder formal de interferir na definição de prioridades do Parlamento. A representatividade numérica

¹ Bacharel em Teologia pelas Faculdades EST/São Leopoldo, mestre em Ciências da Religião pela UFJF e doutorando em Ciência Política pelo IPOL/UnB. Militante do movimento ecumênico e inter-religioso.

de uma identidade religiosa não autoriza sua tradução automática em representação política confessional, assim como a liberdade religiosa não implica o direito de capturar estruturas estatais para a promoção de agendas morais particulares.

Na esteira dessa proposição, ao longo de 2025, diversos municípios apresentaram e aprovaram projetos de lei que autorizam o uso da Bíblia como livro didático ou paradidático em escolas públicas e privadas. Municípios como Joinville (SC), Divinópolis (MG), Belo Horizonte (MG) e Rio Branco (AC), e os estados do Rio Grande do Norte e do Ceará, adotaram iniciativas dessa natureza. O principal argumento mobilizado é o de que a Bíblia teria exercido forte influência na formação da civilização ocidental. Foram rejeitadas, entretanto, emendas que propunham a inclusão de textos sagrados de outras tradições religiosas — como a Torá, o Alcorão, o Livro dos Espíritos, além de cantos e narrativas de religiões de matriz africana e de povos originários — evidenciando o caráter seletivo e excludente dessas propostas.

Esses exemplos ilustram a persistente e assimétrica relação entre religião e política no Brasil. Ainda que essa relação seja historicamente constituída, sua configuração atual revela novas estratégias de ocupação do espaço público, legitimadas por discursos de defesa da moral, da identidade cultural e da liberdade religiosa.

Alianças intercristãs e reconfigurações do campo religioso-político

Entre as estratégias contemporâneas de ampliação da influência religiosa na política, destaca-se a aproximação e a formação de alianças pontuais entre grupos que, até poucas décadas atrás, se percebiam como adversários. Trata-se, sobretudo, da convergência entre diferentes movimentos pentecostais, oriundas de variadas denominações evangélicas, e o movimento carismático católico romano.

Historicamente, a disputa pelo chamado “mercado religioso”

incentivou a demarcação de fronteiras doutrinárias e simbólicas entre essas correntes. No âmbito da representação política, autoridades católicas passaram a interpretar o avanço evangélico como ameaça ao status, ainda que extraoficial, da Igreja Católica como “igreja dos brasileiros”. Nessa lógica, os privilégios historicamente naturalizados pela hegemonia católica não eram percebidos como problema democrático, mas como expressão legítima de uma tradição nacional.

Por muito tempo, parte significativa da produção intelectual e do debate público operou com uma dicotomia simplificadora: de um lado, um catolicismo progressista, democrático e comprometido com os direitos humanos; de outro, um evangelicalismo conservador, autoritário e antidemocrático. Essa leitura invisibilizou tanto o papel de organizações católicas tradicionalistas, como a Tradição, Família e Propriedade (TFP), quanto às contribuições históricas de protestantes para a defesa da laicidade do Estado, a organização sindical e a educação popular.

Nesse cenário polarizado foi, sobretudo, o movimento feminista não religioso e a teologia feminista que demonstraram maior acuidade analítica ao perceber que, quando estão em jogo a autonomia das mulheres e a igualdade de gênero, o cristianismo institucionalizado — em suas versões católica romana, ortodoxa ou protestante — tende a convergir na defesa de uma moral patriarcal. Essa moral atua como princípio ordenador destinado a conter aquilo que é interpretado como caos social decorrente das reivindicações feministas por igualdade jurídica, controle sobre o próprio corpo, participação política, liberdade sexual e direito a uma vida livre de violência.

Plataforma político-religiosa, guerra espiritual e bem público

Na segunda metade do século XXI, intensificam-se os discursos religiosos estruturados em torno da noção de guerra espiritual. Segundo essa perspectiva, os processos de secularização nas sociedades ocidentais estariam corroendo valores considerados fundamentais de uma suposta moral cristã. A guerra espiritual, nesse sentido, não se limita a uma metáfora teológica, mas opera como dispositivo mobilizador para ações

políticas concretas, orientadas ao enfrentamento das transformações culturais associadas à modernidade.

Nesse enquadramento, proliferam narrativas de perseguição aos cristãos e de ameaça à liberdade religiosa. Os alvos privilegiados desses discursos são a ideia de uma sociedade plural e diversa, além dos movimentos que sustentam a pluralidade, como o feminista, o antirracista, os movimentos socioambientais, os de defesa dos direitos das pessoas LGBTQIA+, e os movimentos anticapitalistas. Esses atores são compreendidos pela direita cristã como responsáveis pela desintegração da ordem social.

É nesse contexto que católicos e evangélicos (protestantes) passam a estabelecer alianças estratégicas com o objetivo declarado de enfrentar o mal que, segundo essa narrativa, estaria corroendo as estruturas morais do Ocidente. A proposta de criação de uma Bancada Cristã deve ser compreendida à luz desse cenário mais amplo. Ela constitui uma cruzada moral institucionalizada, conduzida por meios formais e democráticos, contra agendas interpretadas pela direita cristã como ameaças existenciais.

No século XXI, essas alianças deixam de se organizar prioritariamente em torno de disputas doutrinárias e passam a se estruturar a partir da ideia de que o cristianismo, em suas múltiplas expressões, seria o principal provedor e guardião da identidade cultural ocidental. Essa reconfiguração desloca o foco da concorrência religiosa para a ação política coordenada.

A Declaração de Manhattan como plataforma transnacional

Um marco relevante, ainda pouco conhecido no debate público brasileiro, dessa convergência intercristã é a “Declaração de Manhattan: um chamado à consciência cristã²”, lançada em 2009, nos Estados Unidos e assinada por cerca de 150 lideranças, incluindo bispos católicos

2 <https://www.acidigital.com/noticia/17674/energico-chamado-de-coalizacao-crista-nos-eua-para-defender-vida-matrimonio-e-liberdade-religiosa>

romanos, cristãos ortodoxos, pastores evangélicos e intelectuais cristãos.

A Declaração pode ser interpretada como uma plataforma político-religiosa de alcance transnacional, voltada à orientação da ação pública de lideranças religiosas conservadoras e de atores políticos com vinculação confessional. O documento está estruturado em três grandes eixos: vida, casamento e liberdade religiosa.

No preâmbulo, as lideranças signatárias se apresentam como herdeiras de cristãos da Antiguidade que teriam confrontado a tirania do Império Romano, combatendo práticas como o infanticídio e a servidão. O texto reivindica ainda o papel dos mosteiros na preservação da Bíblia, da arte e da cultura ocidentais, menciona bulas papais dos séculos XVI e XVII que condenaram a escravidão. O documento recupera o papel de figuras como John Wesley e William Wilberforce na luta contra o tráfico de pessoas escravizadas. Ao mobilizar esse repertório histórico, a Declaração constrói uma narrativa de autoridade moral destinada a legitimar sua atuação contemporânea no espaço público.

No eixo da vida, o documento afirma que, apesar de um suposto sentimento público pró-vida nos Estados Unidos, o governo da época — liderado por Barack Obama — promoveria uma ideologia favorável à legalização do aborto. Critica a decisão da Suprema Corte no caso *Roe v. Wade* (1973). Para os signatários da Declaração, a decisão da Suprema Corte americana é interpretada como a retirada da proteção legal do nascituro. Aborto, eutanásia, suicídio assistido e pesquisas com embriões são enquadrados como expressões de uma “cultura da morte”, legitimada pelo Estado.

No eixo do casamento, apenas a união entre homem e mulher é reconhecida como válida. O casamento é apresentado como instituição central para a saúde, a educação e o bem-estar social. A dissolução da chamada cultura matrimonial é associada ao surgimento de patologias sociais, entre as quais se incluem o divórcio e as uniões entre pessoas do mesmo sexo.

No eixo da liberdade religiosa, o documento afirma que somente Deus é senhor da consciência cristã. A partir disso, reivindica que

indivíduos e instituições religiosas não sejam obrigados a agir de modo contrário às suas convicções morais. Direitos como o aborto legal e seguro e o reconhecimento do casamento entre pessoas do mesmo sexo são reinterpretados como violações da liberdade religiosa daqueles que se opõem a essas práticas. Políticas antidiscriminatórias são descritas como restrições ao livre exercício da religião. O texto invoca explicitamente o direito à desobediência civil diante de leis consideradas “anti-vida”.

Embora elaborada em 2009 e situada no contexto político norte-americano, a Declaração de Manhattan pode ser lida como uma plataforma exportável e de pretensão atemporal, especialmente em razão da capilaridade das instituições religiosas e da diversidade de interesses econômicos e políticos que financiam a direita cristã em diferentes países.

Bem público, liberdade religiosa e ódio às mulheres

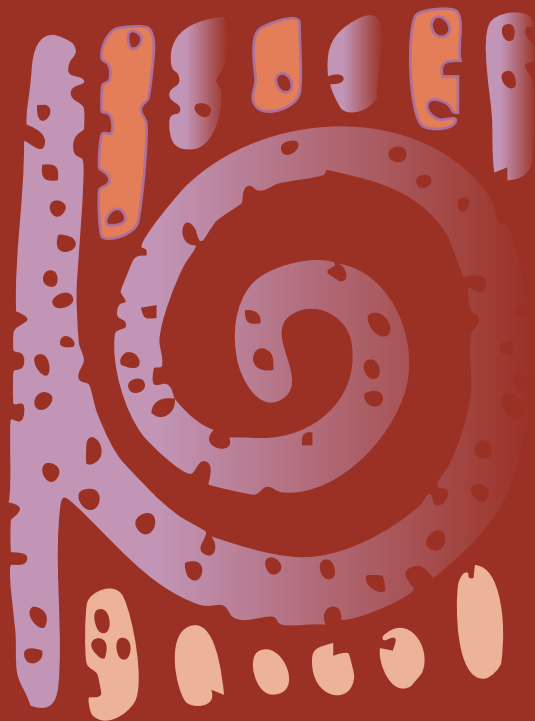
Um aspecto central dessa plataforma é a redefinição do conceito de bem público. Ele deixa de ser compreendido como resultado do equilíbrio entre direitos fundamentais em uma sociedade plural e passa a ser identificado com políticas públicas que reforcem concepções restritivas de vida, família e sexualidade. Trata-se de um bem público particularista, ancorado em uma moral religiosa específica e apresentado como universal.

De modo semelhante, a liberdade religiosa é reinterpretada de forma absolutizada e hierarquizada, desvinculada de sua interdependência com outros direitos fundamentais. Em vez de garantir a convivência entre diferentes crenças e convicções em um Estado laico, ela é mobilizada como instrumento político para bloquear direitos sexuais e reprodutivos e para legitimar práticas discriminatórias.

É nesse ponto que se torna possível compreender o sentido da expressão “ódio às mulheres” no contexto das alianças político-religiosas. Não se trata apenas de atitudes individuais de misoginia, mas de uma estrutura simbólica e institucional que opera para restringir a autonomia das mulheres, controlar seus corpos e deslegitimar suas reivindicações

por igualdade. Esse ódio manifesta-se na oposição sistemática ao direito ao aborto legal e seguro, na resistência à educação sexual, na naturalização da violência de gênero e na exclusão das mulheres dos espaços de poder e decisão.

A possibilidade de criação de uma Bancada Cristã no Congresso Nacional deve, portanto, ser analisada à luz dessa configuração mais ampla. O fortalecimento da democracia brasileira exige o enfrentamento transparente e crítico da histórica permeabilidade entre religião e política. Não é compatível com um regime democrático que critérios de vinculação religiosa ou de conservadorismo moral orientem a ocupação de cargos públicos estratégicos, como as indicações para o Supremo Tribunal Federal. Enquanto persistirem alianças político-religiosas que, sob o discurso do bem público e da liberdade religiosa, perpetuam a subordinação estrutural e o ódio às mulheres, a democracia permanecerá incompleta.



Realização:



- 🌐 www.cfemea.org.br
- ✉ cfemea@cfemea.org.br
- 📧 [@cfemea_feminista](https://www.instagram.com/cfemea_feminista)
- 📱 [@cfemea](https://www.facebook.com/cfemea)
- 🌐 [fb.com/cfemea.feminista](https://www.facebook.com/cfemea.feminista)

Apoio:

